



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PRÓ REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE**

ANTONIO JEIMISON DA SILVA PEREIRA

***“SERÁ QUE EU VOU DAR CONTA”?* O TRABALHO REAL DE
TRABALHADORAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SERTÃO DA PARAÍBA**

**CAMPINA GRANDE – PB
2024**

ANTONIO JEIMISON DA SILVA PEREIRA

**“SERÁ QUE EU VOU DAR CONTA”? O TRABALHO REAL DE
TRABALHADORAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SERTÃO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), nível Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

Área de Concentração: Trabalho, Saúde e Subjetividade

Orientador(a): Profa. Dra. Thaís Augusta de Oliveira Cunha Máximo

**CAMPINA GRANDE – PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do

P436s Pereira, Antonio Jeimison da Silva.

“Será que eu vou dar conta”? [manuscrito] : o trabalho real de trabalhadoras da assistência social no sertão da Paraíba / Antonio Jeimison da Silva Pereira. - 2024.

104 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Thaís Augusta de Oliveira Cunha Máximo, UFPB - Universidade Federal da Paraíba."

1. Saúde do trabalhador. 2. Políticas públicas.
3. Psicodinâmica do trabalho. I. Título

21. ed. CDD 361.32

ANTONIO JEIMISON DA SILVA PEREIRA

“SERÁ QUE EU VOU DAR CONTA”? O TRABALHO REAL DE
TRABALHADORAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SERTÃO DA
PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), nível Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

Área de Concentração: Trabalho, Saúde e Subjetividade

Aprovada em: 08/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Thais Augusta C. de Oliveira Máximo

Profa. Dra. Thais Augusta Cunha de Oliveira Máximo (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Francinaldo do Monte Pinto

Prof. Dr. Francinaldo do Monte Pinto (Membro Interno) Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Maria de Fátima Pereira Alberto

Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto (Membro Externo) Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social Brasileiro, em especial aos que participaram desse estudo,
DEDICO!

Aos usuários da Política Pública de Assistência Social Brasileira,
DEDICO!

A minha mãe, Rosa, sem o impulso e esforço dela não havia chegado
até aqui, DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Começo os meus escritos, clichês de agradecimentos, citando um grande poeta Nordestino Guimarães Rosas em sua obra intitulada “Grande Sertão: Veredas” trazendo a seguinte estrofe “*O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem!*”

A construção de uma dissertação é um momento difícil, porém, rico. Difícil pelas horas de angústia e de solidão que parece mais que você está remando sozinho contra a maré; rico, pela honrosa “aventura” da reflexão teórica e da construção e produção viva do conhecimento e ter a convicção que suas implicações teórico metodológicas servirão como inspiração para outros tantos que gostam e privilegiam a pesquisa como fonte de conhecimento.

É algo da ordem do intraduzível, uma materialização do percurso acadêmico somado as vivências na condição de trabalhador das políticas públicas tanto de saúde quanto a do objeto desse estudo, a Assistência Social. Para tanto este trabalho está intrinsecamente ligado aos valores, conceitos e concepções teóricos, filosóficas e políticas para embasamento das discussões e lutas.

Essa dissertação representa pois, um misto de sentimentos, de dificuldades, de abdições, mas ao mesmo tempo, de crescimento, de amadurecimento, de felicidade única, pois ser filho de pais da classe trabalhadora atravessado pela exploração do capital rentista, oriundo majoritariamente da escola pública, conseguir adentrar os espaços tanto graduação quanto da pós graduação a nível de Mestrado na Universidade Pública e de qualidade além de ser do interior da Paraíba distante à 423 km da Capital João Pessoa, condição que muitas vezes impedem que os jovens se emancipem através da educação pública, o sentimento é de gratidão e felicidade que não cabem dentro do peito. Só quem passa pelo processo entende, sabe!

Se faz necessário enfatizar que apesar da escrita ser uma tarefa solitária, a construção dessa dissertação não existiria sem a contribuição de algumas pessoas e instituições as quais arrolo a seguir.

Para tanto não há como chegar até ao final dessa etapa sem reconhecer algumas pessoas que direta ou indiretamente estiverem ao meu lado enfrentando as adversidades e os desafios que a pós graduação impõe. Nesses dois anos muitos estiveram comigo e seria injusto não possuir um lugar nesta obra para mencioná-los e agradecê-los pelas boas

vibrações e torcidas durante o curso de Mestrado.

Inicialmente, à Deus por ter conseguido chegar até aqui. A ele toda honra e toda glória!

A minha mãe, Rosa, pela luta incansável pela educação de seus dois filhos. Exemplo de superação, garra e determinação. Obrigado por todo cuidado, por toda dedicação e mesmo as vezes sem compreender as minhas ausências em decorrência das atividades acadêmicas me apoiar em todos os momentos. Meu maior exemplo em dedicação e amor. Te amo, minha Mãe!

Ao meu irmão, Douglas, pelo apoio incondicional nas minhas decisões acadêmicas, pessoais e profissionais. Pelo ombro amigo nas horas de desespero e por me acolher no seu lar em Campina Grande e fazer dele, também, o meu. Gratidão meu irmão!

A minha filha, Melissa, que mesmo sem entender o que é o universo acadêmico sempre me vê estudando e como seu maior incentivador ao universo científico sempre me pego conversando sobre o futuro, a escola, a leitura, a educação. E como vejo a educação como prática emancipadora, não poderia deixar de incentivá-la. Te amo meu amor!

A toda minha família, em especial aos mais chegados, por respeitarem minhas ausências nos momentos de congratulações e festejos que não pude estar presente em decorrência das atividades acadêmicas.

A minha namorada por entender minhas ausências e me apoiar nas minhas decisões. Por ter sempre uma palavra de apoio quando até mesmo eu duvida da minha capacidade, obrigado por me escutar, por ser minha espécie de “analista” e me encorajar, também, para enfrentar as adversidades que a vida propõe.

Aos professores da educação básica que sempre acreditaram no meu potencial e me incentivaram a alcançar voos mais altos. Agradeço

Aos professores da Graduação em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em especial Jorge Dellane, Silvania Cruz, Jailma Belarmino, Sibelle, Marcia Candelária, Eliane Madza e Lígia Gouveia, Gratidão por ter sido parte estruturante nessa construção acadêmica.

À professora Thelma Grisi, embora não tenha sido professora da graduação, mas ter participado de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela mesma, que de modo especial me mostrou e ensinou que é possível fazer uma psicologia para as classes menos favorecidas desse país, explicitando também como fazer a pesquisa e como devolvê-la para a sociedade de forma ética demonstrando acima de tudo que a psicologia não é neutra, a psicologia tem “lado”.

A minha orientadora, Professora Thaís Augusta, pelo acolhimento, paciência e dedicação. Foi muito prazeroso dividir a partilha de conhecimento, a construção desse trabalho com você. Sua trajetória acadêmica e pessoal é inspiradora. Você foi uma mãe acadêmica que me acolheu e me alçou em voos que nem eu acreditava conseguir chegar. Sua maneira de conduzir o trabalho principalmente a leveza, a ética na pesquisa são elementos admiráveis na sua arte de fazer pesquisa. Minha Gratidão!

Aos Professores Francinaldo Pinto e Anízio Araújo que participaram da qualificação desse estudo. Agradeço imensamente pelas valorosas contribuições que deram na qualificação que me fizeram despertar para algumas questões ainda não observadas até então. Agradeço pela aceitação de compor a participação da banca.

Agradeço ao professor Francinaldo do Monte Pinto por mais uma vez ter aceito o convite para a banca de defesa dessa dissertação e contribuir com suas colocações pertinentes para enriquecimento desse estudo no âmbito da Psicologia atravessadas pelas questões socio políticas.

Agradeço a Professora Maria de Fátima Pereira Alberto por ter aceito o convite para a banca de defesa desse estudo e dar suas contribuições a partir de seus estudos na área da política social e da Psicologia social crítica que desenvolve a partir do seu grupo de estudo NUPEDIA.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba – PPGPS/UEPB em especial a Sibelle Maria Martins de Barros, Josevânia da Silva, Edil Ferreira da Silva, Francinaldo do Monte Pinto, Ardigleusa Alves e Fabíola Araújo por contribuírem de forma construtiva para minha trajetória de formação nessa pós graduação e por despertarem em mim o desejo da pesquisa e do ensino, levarei comigo as lições aprendidas e apreendidas nesse percurso. Gratidão mestres!

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba – PPGPS/UFPB onde iniciei minha trajetória como acadêmico na pós graduação a nível de Mestrado em Especial a Paulo Zambroni pelas calorosas discussões sobre a psicologia do trabalho e a grande Mestre Fátima Pereira grande incentivadora do conhecimento de uma psicologia mais próxima da realidade da população Brasileira nas suas diversas expressões da questão social. Gratidão por ter passado tão pouco tempo e terem despertado em mim ainda mais esse olhar para a psicologia realmente “social”.

A Secretária do PPGPS/UEPB, Estela Aciole, que sempre esteve a inteira disposição para atender e sanar as demandas. Sempre solícita e ágil. Muito Obrigado!

Aos meus colegas da turma do Programa de pós Graduação em Psicologia da Saúde PPGPS/UEPB turma 2022 em especial Adão Germano, Erick Idalino, Everton Procópio, Magdellyne Lima, Jullyane Marques, Erica Sousa, Leonardo Farias e a grande Gisele Simiunski.

Ao colega em tempos de UEPB e hoje Professor da UFPB Eduardo Breno que muito contribuiu desde a escrita do projeto para seleção do mestrado e por sempre ter palavras de conforto e apoio durante a caminhada e mostrar disposição a ajudar no processo. Gratidão, Dudu.

Aos Municípios que liberaram para adentrar no universo da pesquisa.

Aos Municípios que foram favoráveis ao meu afastamento para cursar a pós graduação na modalidade strictu sensu – Mestrado.

As trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social em especial aos que participaram da Pesquisa.

À Assistente Social e Mestre Virginia Sarmento, minha colega de trabalho, com quem divido meu espaço de trabalho, as angustias, alegrias e desafios que é trabalhar no Sistema Único de Assistência Social. Por me incentivar e ajudar desde o início da construção do projeto para a seleção e vibrar junto cada etapa conquistada.

A Universidade Estadual da Paraíba por propiciar uma pós graduação de qualidade com estruturas adequadas para a oferta com professores com o compromisso de fazer e produzir o conhecimento científico, sem o apoio da Universidade isso não seria possível.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

“De tudo ficaram três coisas: a certeza de
que estava sempre começando, a certeza de que era
preciso continuar e a certeza de que seria
interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção
um caminho novo, fazer da queda, um passo de
dança, do medo, uma escada, do sonho, uma ponte,
da procura, um encontro.”
(Fernando Sabino)

“A vida é uns deveres que nós trouxemos para fazer em casa.
Quando se vê, já são 6 horas...
Quando se vê, já é 6.^a feira...
Quando se vê, passaram 60 anos...
Agora, é tarde demais para ser reprovado...
E se me dessem – um dia – uma outra oportunidade,
eu nem olhava o relógio.
seguia sempre, sempre em frente ...
E iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas.”
(Mario Quintana)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar as implicações do processo de precarização do trabalho pós Emenda Constitucional n. 95, para os processos de saúde – adoecimento de profissionais de nível superior da Política de Assistência Social. O Mundo do trabalho vem passando por grandes transformações com o avanço tanto no ponto de vista tecnológico quanto nas modalidades como o trabalho vem se expressando na sociedade capitalista através da flexibilização, um dos fenômenos que acompanha as transformações do mundo do trabalho principalmente na contemporaneidade. A política pública de assistência social foi instaurada pela Constituição Federal (CF) de 1988 e implementada através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) ano de 2003 onde esta última foi elemento propulsor para criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e em detrimento a esta foram criados outros instrumentos para materialização da política como os benefícios de transferência de renda, a tipificação dos serviços socioassistenciais e a criação das Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência (NOB-SUAS) e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH SUAS). Diante dos avanços e crescimentos que a política vinha apresentando, até então, a assistência social é fortemente atacada com o golpe parlamentar ocorrido no ano de 2016 e por conseguinte com emenda constitucional n. 95 tornando o trabalho nessa política ainda mais precarizado em decorrência do esvaziamento dos fundos públicos bem como a ausência de expansão dos serviços para atender a população, fruto da Emenda Constitucional 95 do Governo que presidia o país à época. É uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo de abordagem qualitativa ancorada na Psicodinâmica do Trabalho como teoria e técnica. A psicodinâmica do Trabalho propõe-se investigar as relações subjetivas entre o prazer e o sofrimento no âmbito do trabalho e como esses trabalhadores (as) conseguem se reconfigurar seus sofrimentos para o desenvolvimento das atividades de trabalho fazendo uma interlocução com o fenômeno da saúde dentro de um contexto da transversalidade. O estudo foi realizado em duas cidades de pequeno Porte II do sertão da Paraíba com as trabalhadoras de nível superior que compõem a proteção social básica, isto é, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desses Municípios. A escolha da temática se deu em virtude de poucos estudos a respeito das condições de saúde do trabalhador (a) na política de assistência social na área e principalmente na região Nordeste, região esta que sempre esteve à frente quando se trata das expressões da questão social. Foi escolhida a modalidade acidental para amostragem do estudo, onde aplicou-se questionário socio demográfico e entrevista

semiestruturada com 6 trabalhadoras que atuam há mais de um ano nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) desses Municípios, independente do vínculo empregatício. A pesquisa percorreu todo tramite ético que preconizam as pesquisas envolvendo seres humanos, tais como as resoluções 466/12 e 510/16. Como resultados desse estudo o mesmo foi analisado pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) a luz da Psicodinâmica do Trabalho. Foi possível elaborar uma caracterização social das trabalhadoras a partir do questionário socio demográfico e elaborar cinco categorias para analisar essa pesquisa. As categorias foram classificadas como: *Formação profissional; Trabalho Prescrito x Trabalho Real; Trabalho em rede, cooperação e reconhecimento; a precarização do trabalho; e as Vivências de Prazer e Sofrimento no Trabalho.*

Palavras Chave: Trabalho; saúde, precarização; assistência social e psicodinâmica do trabalho

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the relationships between health, suffering and the precariousness of work after the end of the democratic popular cycle - governments that prioritized the allocation of resources and expansion of socio-assistance services - of higher-level professionals in Assistance policy Social in the backlands of Paraíba. The world of work has been undergoing major transformations with advances both from a technological point of view and in the ways in which work has been expressed in capitalist society through flexibilization, one of the phenomena that accompanies the transformations in the world of work, especially in contemporary times. The public social assistance policy was established by the Federal Constitution (CF) of 1988 and implemented through the Organic Social Assistance Law (LOAS) in 2003, where the latter was a driving element for the creation of the National Social Assistance Policy (PNAS) and To the detriment of this, other instruments were created to materialize the policy, such as income transfer benefits, the typification of socio-assistance services and the creation of the Basic Operational Norm of the Unified Assistance System (NOB-SUAS) and the Basic Operational Norm of Human Resources (NOB RH SUAS). Given the advances and growth that politics had been showing, until then, social assistance was heavily attacked with the parliamentary coup that took place in 2016 and consequently with constitutional amendment no. 95 making work on this policy even more precarious due to the drain on public funds as well as the lack of expansion of services to serve the population, as a result of Constitutional Amendment 95 of the Government that presided over the country at the time. It is an exploratory and descriptive research with a qualitative approach anchored in Work Psychodynamics as a theory and technique. The Psychodynamics of Work proposes to investigate the subjective relationships between pleasure and suffering in the context of work and how these workers manage to reconfigure their suffering for the development of work activities, creating a dialogue with the phenomenon of health within a context of transversality. The study was carried out in two small cities in the Sertão of Paraíba with higher education workers who make up the basic social protection, that is, the Social Assistance Reference Center (CRAS) in these municipalities. The choice of the theme was due to few studies in the area and mainly in the Northeast region, a region that has always been at the forefront when it comes to expressions of social issues. The accidental modality was chosen for sampling the study, where the aim is to apply a socio-demographic questionnaire and semi-structured interview with 6 workers who have worked for more than a year in the Social Assistance Reference Centers (CRAS) of these Municipalities, regardless of their employment

relationship. The research will cover all ethical procedures that recommend research involving human beings, such as resolutions 466/12 and 510/16. As results of this study, it was analyzed using the content analysis proposed by Bardin (2016) in the light of Work Psychodynamics. It was possible to develop a social characterization of the workers based on the socio-demographic questionnaire and create five categories to analyze this research. The categories were classified as: Professional training; Prescribed Work x Actual Work; Networking, cooperation and recognition; the precariousness of work; and Experiences of Pleasure and Suffering at Work.

Keywords: Work; health. Precariousness; social assistance and psychodynamics of work

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 – Caracterização do Perfil socio demográfico da Amostra	43
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEPP Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia
BPC Benefício de Prestação Continuada
CAAEE Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CADSUAS Cadastro dos Profissionais do Sistema Único de Assistência Social
CEP Comitê de Ética em Pesquisa
CF Constituição Federal
CFESS Conselho Federal de Serviço Social
CFP Conselho Federal de Psicologia
CNAS Conselho Nacional da Assistência Social
CNS Conselho Nacional de Saúde
CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS Centro de Referência de Assistência Social
CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DOU Diário Oficial da União
EC Emenda Constitucional
FMI Fundo Monetário Internacional
FMAS Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS Fundo Nacional de Assistência Social
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LOAS Lei Orgânica da Assistência Social
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social
NOB – RH Norma Operacional Básica – Recursos Humanos
PAIF Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias
PB Paraíba
PCF Programa Criança Feliz
PCCR Plano de Cargos Carreira e Remuneração
PDT Psicodinâmica do Trabalho
PePSIC Periódicos Eletrônicos de Psicologia

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PPGPS UEPB Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde/Universidade Estadual da Paraíba

PPGPS UFPB Programa de Pós Graduação em Psicologia Social/Universidade Federal da Paraíba

PPP Projeto Político Pedagógico

PSB Proteção Social Básica

PT Partido dos Trabalhadores

PTO Psicologia do Trabalho e Organizacional

PUC SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SCIELO *Scientific Eletronic Library Online*

SINE Sistema Nacional de Emprego

SUAS Sistema Único de Assistência Social

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEPB Universidade Estadual da Paraíba

UFPB Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE O TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	23
2.1 O Mundo do Trabalho.....	23
2.2 Precarização do trabalho no contexto da contemporaneidade	24
3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEUS DESDOBRAMENTOS COM UM GOVERNO NEOLIBRAL E A INTERFACE COM A PSICODINÂMICA DO TRABALHO	27
3.1 Percorrendo os caminhos da Assistência Social no Brasil.....	27
4 A PSICODINÂMICA DO TRABALHO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR	33
5 MÉTODO	38
5.1 Delineamento	38
5.2 Lócus.....	38
5.3 Participantes.....	39
5.4 Instrumentos.....	39
5.5 Procedimentos.....	40
5.6 Análise dos dados	41
5.7 Aspectos éticos.....	41
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
6.1 Caracterização Sociodemográfica da Amostra	43
6.2 Formação Profissional	46
6.3 Trabalho Prescrito X Trabalho Real	49
6.4 A Precarização no Trabalho.....	54
6.5 Vivências de Prazer e Sofrimento no Trabalho	60
6.6 Cooperação, Trabalho em Rede e Reconhecimento no Trabalho.....	65
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO	85
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA	86
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	87
ANEXO A - PARECER CONSUBSTÂNCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	90
ANEXO B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ	93
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PROJETO DE PESQUISA	

.....	95
D - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PROJETO DE PESQUISA	
.....	96

1 INTRODUÇÃO

Adentrar no mundo do trabalho, principalmente nas questões referentes a aprofundamentos em estudos e pesquisas foi um desafio enorme diante de uma formação em psicologia clínica. Mas foi um desbravar de encontros e desencontros que se intensificaram e hoje a psicologia do trabalho me fez enxergar além dos processos clínicos/sociais, pois os processos de trabalho estão, conseqüentemente, imbricados na vida das pessoas que desempenham suas atividades.

Neste ensaio, especificamente, trago algumas contribuições do trabalho na política pública de assistência social em duas cidades do sertão paraibano. Política pública essa que desenvolvo minhas atividades há dez anos e por vivenciar as angústias e sofrimentos me fizeram despertar o interesse no campo da pesquisa em outros Municípios e adentrar no espaço do trabalho com a finalidade de observar e pesquisar como se dava o desenvolver deste.

No campo da pesquisa bibliográfica para construção do marco da literatura poucos estudos no que tange a saúde dos trabalhadores da política de assistência social no Brasil sendo encontrados no contexto nordestino nas plataformas no Pepsic, Sciello com os descritores “*trabalho na assistência social*”, *trabalho, assistência social, nordeste, Brasil*”, embora a pesquisa de Macedo e Fontenele (2022) mostra ser a região que mais acessa a política de assistência social no Brasil. Em âmbito estadual não foram encontrados estudos que dialogem sobre a saúde dos trabalhadores (as) da assistência social na área relacionados com trabalho e a política de assistência social tampouco no sertão da Paraíba.

Os Municípios pesquisados ficam localizados no interior da Paraíba com população estimada com dados do último censo demográfico de aproximadamente 32 mil habitantes e são classificados de acordo com Tipificação dos Serviços Socioassistenciais como Pequeno Porte II. Possuem apenas um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no cadastro de profissionais do sistema único de assistência social (CADSUAS) os municípios pesquisados possuem seis profissionais de nível superior cadastrados em cada serviço de proteção básica (CRAS).

O trabalho nos serviços socioassistenciais é considerado trabalhos de cuidado, conforme iremos ver nos desdobramentos desta pesquisa, e com isso os trabalhadores (as) dessa política muitas vezes se sentem impotentes diante das situações adversas que se deparam no decorrer da execução de suas atividades laborais, gerando muitas vezes um processo de adoecimento em decorrência do seu trabalho.

Para além do trabalho no campo da Assistência Social ser da linha cuidado, os trabalhadores (as) ainda se deparam com a ausência de valorização profissional, condições mínimas de trabalho, além de baixos salários o que se desdobra como uma forma de precária no trabalho na política de assistência social.

Para tanto, a precarização do trabalho é um fenômeno que vem se intensificando com as modificações do mundo do trabalho. De acordo com Antunes (2018) a sociedade contemporânea vem presenciando grandes transformações com o advento do neoliberalismo¹ e a reestruturação da era da acumulação flexível expressadas através de desestruturação do mercado de trabalho, na contra reforma do estado e conseqüentemente das (des) proteções sociais. Este regime de política econômica tem gerado conseqüências negativas para o trabalho como o desemprego, a flexibilização do trabalho e a precarização em alta escala.

No Brasil, como afirma Sobrinho (2017) coadunando com as ideias de Souza (2021) enfatizam a precarização do trabalho na economia capitalista data da década de 1970, momentos de intensificação da crise que atinge, principalmente, os países em subdesenvolvimento, isto é, países com economia periférica e capital dependente. Como resultado desse processo tem-se de um lado o ponto de vista econômico a queda de taxas de lucros, do ponto vista político esgota-se o modelo de bem estar uma vez que a queda da taxa de lucro intensifica a função econômica em detrimento do lastro para o capital.

A constituição Federal de 1988, no Brasil, trouxe grandes transformações e inovações para as políticas públicas, tornando-as como mecanismos denotativos de direitos a população brasileira responsabilizando o Estado pela sua efetividade. Esta também esboça o novo modelo de proteção social, a seguridade social composta pelo tripé: Saúde, Assistência Social e Previdência Social (Brandolt et.al, 2020).

Destarte a isso a Assistência Social torna-se política pública com o advento da Constituição de 1988, entretanto tem seu primeiro marco legal cinco anos após a promulgação da lei magna do país: a Lei orgânica de Assistência Social – LOAS publicada em 1993. De acordo com Behring & Boschetti (2011) essa nova política pública traz como principal roupagem a da não contribuição, do direito não inalienável para qualquer cidadão em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, em contra ponto há forte intensificação da política neoliberal nesse período em território nacional.

¹ Neoliberalismo é um termo empregado em economia política e economia do desenvolvimento para descrever o ressurgimento de ideias derivadas do capitalismo laissez-faire (apresentadas pelo liberalismo clássico) que foram implementadas a partir do início dos anos 1970 e 1980.

Macedo e Fontenele (2022) destaca em pesquisa realizada pós encerramento do ciclo popular democrático, isto é, pós governos liderados pelo partido dos trabalhadores (PT) e emenda constitucional n. 95 de 2016 que houve um decréscimo na contratação formal de trabalhadores (as) para a política pública de assistência social, onde evidencia-se, também, a não expansão dos serviços que prestam atendimento a população que recorre a assistência social.

Diante dos elementos postos anteriormente pode-se observar a preocupação dos pesquisadores da área com a transformação do mundo do trabalho bem como vem se configurando o trabalho na política pública Brasileira, a exemplo da assistência social e suas repercussões na sociedade em termos de dispositivos públicos para atendimento a população. Deste modo, a pesquisa justifica-se por elencar temática de relevância social, na conjuntura política do governo neoliberal instalada no país, econômica e administrativa do país, como também esboçar como esse movimento tem se desvelado no interior do Estado da Paraíba no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, a precarização do trabalho e suas consequências para saúde do trabalhador. Neste cenário a literatura tem mostrado poucos estudos sobre a saúde dos trabalhadores da política de assistência social e principalmente na região Nordeste do país, sendo assim há necessidade de aprofundamento da temática no âmbito da realidade local.

Destarte, enquanto profissional da política de assistência social, que vem acompanhando de perto os referidos acontecimentos percebe-se a necessidade de aprofundamento do fenômeno das relações de trabalho na assistência social. Observa-se, também, as más condições de trabalho, tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo em um momento histórico de desmonte das políticas públicas no Brasil, para tanto foi através disso que despertou o interesse em realizar esse estudo acerca da temática e na região geoadministrativa pesquisada pois havia na literatura apenas um estudo publicizado a despeito da aplicabilidade da emenda constitucional n. 29 nos Municípios dessa região.

Essa temática torna-se ainda mais relevante tendo em vista os últimos acontecimentos no contexto da ofensiva neoliberal ²que vem acontecendo desde o golpe parlamentar ocorrido no ano de 2016 e a assistência social vem sendo fortemente atada tanto do ponto de vista do financiamento público quanto na expansão dos serviços. E esses processos de financiamento público implicam diretamente nas condições de desenvolvimento do trabalho

² Experimentada pelos Brasileiros desde a década de 1990, são modelos de agendas governamentais de ajustes, cortes, negação de direitos conquistados através de lutas das categorias.

nos serviços disponibilizados pela política pública.

Os profissionais da Assistência Social que vem realizando suas atividades laborais na referida política vem passando por uma desconstrução seja do ponto de vista do financiamento bem como da expansão e manutenção dos serviços existentes no território. Macedo e Fontenele (2022) aponta decréscimo em todos os níveis de proteção social no Brasil de dispositivos ligados a assistência social. Contudo há evidências de adoecimento no trabalho em virtude da maioria desses profissionais dependerem economicamente desses vínculos, embora muitas vezes fragilizados não do ponto de vista da investidura no cargo ser através de concurso público no caso desse estudo, para sobreviverem, o que coadunam com os resultados dessa pesquisa.

Considerando o percurso decorrido até o presente momento dessa construção temos como objetivo geral: Geral: Analisar as implicações do processo de precarização do trabalho pós Emenda Constitucional n. 95, para os processos de saúde – adoecimento de profissionais de nível superior da Política de Assistência Social.

E como especificidades, temos:

- Analisar os processos de organização de trabalho no âmbito da assistência social;
- Identificar os tipos de vínculos empregatícios predominantes nas contratações dos profissionais da assistência social;
- Identificar as estratégias de defesa que os trabalhadores (as) utilizam em seu processo de trabalho; e
- Analisar os aspectos de saúde e adoecimentos dos trabalhadores (as) da Assistência Social.

A dissertação está construída a partir quatro capítulos que serviram como pilares para solidificação da escrita. **O Capítulo II:** intitulado: **Uma Interlocução entre o fenômeno do trabalho e a precarização do trabalho**, que versa sobre aspectos conceituais sobre o trabalho bem como alguns estudos na área. Contempla também dois subtópicos, intitulados: **Conceituando o Mundo do Trabalho**, conceitua e dialoga com os principais teóricos acerca do fenômeno trabalho para a psicologia. E **a Precarização do Trabalho no contexto da contemporaneidade** onde discute alguns nuances ligados a conceituação, os marcos da divisão social e técnica do trabalho e algumas pesquisas realizadas acerca da temática.

No **Capítulo III** denominado: **A política de assistência social, seus desdobramentos com um governo neoliberal** trazem à tona discussões concernentes a configuração do

Estado Brasileiro anterior e posterior a Constituição Federal de 1988 que se configura como estado de direito através da seguridade social, além de apresentar alguns estudos no campo da Assistência Social.

O capítulo IV propõe discutir **A Psicodinâmica do Trabalho e suas contribuições para a saúde do trabalhador** onde apresenta análise acerca da compreensão da organização do trabalho, adoecimento e sofrimento a luz da Psicodinâmica do Trabalho (PDT).

No **Capítulo V** dessa dissertação, é apresentado **O Método** utilizado na pesquisa, cujo delineamento se deu de maneira qualitativa. O local do estudo, os participantes, os instrumentos utilizados, os procedimentos de “coleta de dados”, a análise de dados e os aspectos éticos em pesquisas que envolvem seres humanos respeitando as legislações nacional vigente se configuram parte fundante dessa pesquisa.

É explicitado no **Capítulo VI** desse ensaio os **Resultados e Discussões** que se iniciam com a caracterizam sociodemográfica da amostra a partir de questionário aplicado e a a partir da entrevista semi estruturada pôde-se elencar cinco categorias, quais sejam: *Formação Profissional, Trabalho Prescrito x Trabalho Real, Precarização no trabalho, Cooperação, Trabalho em rede e reconhecimento no trabalho e Vivências de Prazer e Sofrimento no Trabalho.*

Para guisa de conclusão, é demonstrado **as Considerações Finais** onde é apontado um panorama das relações de trabalho, da precarização do trabalho, das relações de saúde e adoecimento no trabalho diário dos trabalhadores (as) da Política de Assistência Social. Esse trabalho ainda conta as **Referências Bibliográficas** para embasamento teórico metodológico além dos anexos de apêndices.

2 UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE O TRABALHO E SUA PRECARIZAÇÃO

Neste primeiro capítulo desse trabalho são explicitados os principais conceitos do fenômeno do trabalho bem como as principais referências bibliográficas de pesquisas empíricas realizadas pelos estudiosos do campo do Trabalho como aspecto de estudo. Se delinea através do processo das principais condições e modos de trabalho na contemporaneidade, o que atualmente se compreende como o fenômeno da Precarização do Trabalho.

2.1 O Mundo do Trabalho

O mundo do trabalho durante anos inquietou-se com os trabalhadores (as), tomados, porém, como massa anônima. A disputa era tentar moldá-los às exigências impostas pelo mercado financeirizado e pela economia política vigente (Forte, 2000).

É da ordem do quase impossível discorrer sobre o fenômeno do trabalho e não fazer uma interlocução com o capitalismo que mantém as profundas desigualdades que assolam os países de economia periférica e capital dependente, através do elevado nível de desemprego estrutural, a precarização do trabalho sob o olhar da flexibilização do trabalho.

A crise do capital acelerada nos 70, de acordo com forte (2000) atravessou três entraves que derrubariam a denominada “*revolução das expectativas e dos valores*”, quais sejam: a estagnação, o desemprego progressivo e a inflação frenética. Com esses adventos Marx circunda em seus estudos a crise paradigmática, em resumo é de acordo com Forte (2000):

As crises do paradigma marxista, então, sempre ocorreram exatamente nos momentos em que seu objeto de estudo fundamental— o capitalismo como sistema — parecia estar mudando de aparência, ou passando por mutações imprevistas e imprevisíveis. Uma vez que a antiga articulação da problemática já não corresponde a essa nova configuração de realidades, há uma grande tentação de se concluir que o paradigma — seguindo a moda Kuhniana nas ciências — foi derrubado e ultrapassado, e a implicação disso é que se torna necessário formular um novo paradigma.

Cabendo ressaltar que as crises Marxistas não tem as finalidades de potencializar as hipóteses do seu fim tampouco substituí-los por outros paradigmas.

Neste sentido o trabalho dentro do contexto capitalista constitui-se como um dos principais determinantes da formação das sociedades, sendo por meio dele que o homem

constrói a si e o seu ambiente com as condições que o dispõe. O Trabalho permeia as relações entre os indivíduos, classes sociais criando relações de poder e propriedade.

Considerando as ideias discorridas através de Oliveira, Santos e Cruz (2007) na visão de Marx o homem é o primeiro ser que conquistou a liberdade de movimentos em face a natureza, colocando-as a seu serviço. A essência do homem está no trabalho, pois através deste ele transforma a natureza; trabalhando o homem se relaciona com outros homens, produz, estabelece modos de vidas diferenciados, adquirem novas habilidades e aquisições, se socializa, a categoria trabalho é fluidez, realiza a mediação homem x natureza.

Dessa forma, ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo, onde a engenhosidade do trabalho concreto e real que gera valor de uso para as contribuições dos elementos fundamentais: sendo o primeiro o trabalho propriamente dito – seu objeto é a matéria prima bruta fornecida pela natureza; o segundo são os meios de trabalho, os instrumentos que o homem se utiliza para produzir algo (Oliveira, Santos & Cruz, 2007).

O trabalho humano tem o caráter distinto de qualquer outro trabalho animal, embora os animais trabalhem e produzam para atender suas demandas necessárias o que diferencia o homem dos animais é a capacidade que este possui de pensar, racionalizar para projetá-lo em sua consciência e executá-lo de acordo com suas possibilidades e as variabilidades do trabalho (Oliveira, Santos & Cruz, 2007).

Mas, ao longo da história da construção da categoria trabalho ela vem passando por várias configurações, mudanças que afetam tanto a economia quanto os modos de produção, denominando novas designações ao fenômeno trabalho. Além das transformações nas esferas tecnológicas, organizacionais e conjunturais do país com o advento chamado de capitalismo avançado. As altas terceirizações, flexibilidades no trabalho, baixos salários, perdas dos direitos sociais básicos dos trabalhadores (as) vêm ocasionando o que alguns autores como Antunes (2018) denominam de trabalho precarizado, como será debruçado a seguir.

2.2 Precarização do trabalho no contexto da contemporaneidade

Neste instante, se faz necessário contextualizar o processo histórico da precarização do trabalho alguns países como tem-se o exemplo da França com a revolta dos imigrantes e trabalhadores (as) pobres, posteriormente na Grécia o agravamento da crise onde aconteceram manifestações contrárias ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional – FMI. Já em Portugal em 2011 muitos jovens e imigrantes, homens e mulheres com trabalhos precarizados, além dos desempregados protestaram. No mesmo movimento expandia-se no país a prática dos “recibos verdes” que se configurava como documento assinado pelos

trabalhadores (as) independentes desprovidos de quaisquer direitos trabalhistas. Na Espanha, também, aconteceram manifestações dos jovens em relação as altas taxas de desemprego e ausências de expectativas de vida, surgindo um movimento chamado Ni-Ni, *Ni estudia, Ni trabaja*. No mundo todo aconteceram movimentações em relação ao direito ao trabalho (Antunes, 2018).

Diante do contexto histórico, o mundo do trabalho vem passando por muitas transformações na atualidade, ao mesmo tempo que se observa, em pleno século XXI, que os trabalhadores (as) dependem exclusivamente deste para suprir questões inerentes a sua sobrevivência de forma que vivenciam em larga escala o desemprego. Aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho experienciam o desgaste dos seus direitos sociais ao longo da história, uma das consequências da lógica do capital.

Neste sentido Antunes (2018) expõe que são criadas novas modalidades de trabalho para homens e mulheres do setor produtivo como o aumento acentuado do trabalho informal, intermitente, precarizado e flexível deteriorando os níveis de remuneração da classe trabalhadora.

Desde os anos 70 que a crise estrutural do capital vem sendo agudizada e como consequência deste fenômeno a precarização do trabalho se expande, sendo segundo Antunes (2018) a partir do ano de 2008 que com a superexploração da força de trabalho, o desemprego, a informalidade, a terceirização e a flexibilização ganharam força tanto nos países centrais como periféricos.

De acordo com Netto (2006) a lógica da acumulação flexível faz um reordenamento no mercado de trabalho, seja alterando a dualidade entre incluídos versus excluídos – empregos precários e os estereótipos com os que trabalham.

De acordo com Celsoim (2014, p.254):

As expressões da precarização do trabalho e das relações de emprego na contemporaneidade configuram-se como um traço da universalidade do modo de produção capitalista em tempo de crise estrutural da composição técnica e orgânica do capital e de seu padrão de acumulação.

A precarização do trabalho não é um fenômeno recente, mas em regimes neoliberais e em tempos de tecnologia em alta ela mostra se acentua de maneira mais concreta nas relações de trabalho. Para Druck (2011, p.5) a precarização social do trabalho é:

[...]compreendida como um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores (as) e da destituição do conteúdo social do trabalho. Essa condição se torna central e hegemônica, contrapondo-se a outras formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país, que ainda permanecem e resistem

No Brasil, na década de 90 com a política neoliberal instalada no âmbito do setor público verifica-se a menor participação do Estado na economia, as privatizações em alta, repasse de regulação das estatais para os setores privados e com isso reduzindo os investimentos em políticas sociais. Nesta seara Antunes (2018) considera o fenômeno da precarização do trabalho no Brasil como algo consideravelmente novo, tendo em legado as mudanças e transformações da organização do trabalho, na legislação trabalhista além da mudança do papel do estado em seu investimento nas políticas sociais.

Para tanto, o fenômeno da precarização do trabalho é um processo multidimensional que atinge a vida das pessoas tanto dentro quanto fora do trabalho, e como consequência gera insegurança e volatilidade no trabalho fragilizando os vínculos e perdas dos direitos sociais para as pessoas que sobrevivem do trabalho (Franco, Druck & Silva, 2010).

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEUS DESDOBRAMENTOS COM UM GOVERNO NEOLIBRAL

Neste segundo capítulo é esboçado ao leitor um breve percurso da política pública de assistência social no Brasil, seus pressupostos anteriormente a constituição Federal e posteriormente a esta. São contempladas as nuances do trabalho na referida política pública os principais acontecimentos pós encerramento do ciclo popular democrático pós golpe parlamentar de 2016 que a certo modo interferiu na vida das trabalhadoras.

3.1 Percorrendo os caminhos da Assistência Social no Brasil

A Política de Assistência social, bem como a precarização do trabalho não deve ser dissociada dentro do processo de produção e reprodução do capital. O capitalismo contemporâneo, compreendido no período que inicia nos anos 70 do século XX e que continua até os dias atuais, sob forte crise, como aponta Neto e Braz (2006) configura-se como ter no centro da sua dinâmica o protagonismo dos Monopólios, vale ressaltar, que o capitalismo constitui a terceira fase do estágio imperialista.

Já Mandel (1982) em sua obra “o capitalismo Tardio” procura fornecer uma caracterização Marxista da causa da onda longa de crescimento rápido da economia capitalista internacional no pós guerra, resgatando a categoria da totalidade bem como se posicionando de modo oposto as interpretações monocausais do desenvolvimento do capitalismo.

No que concerne ao capitalismo no Brasil, Silva (2014) versa que o Capitalismo no estado brasileiro se desenvolveu de forma diferente dos países de capitalismo central, já que se configura como país periférico e não foi berço da revolução industrial. Behring (2006) afirma que existem particularidades na história do capitalismo no Brasil sendo possível encontra-las e verifica-las na atualidade. Partindo da ideia de Behring (2006) é possível entender o capitalismo no campo brasileiro dentro de um contexto de desenvolvimento desigual e combinado e se configura como formação social na qual se sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios, isto é, o vínculo entre o estrutural e o desenvolvimento e subdesenvolvimento.

É neste cenário adscrito acima que entra em cena a discussão e formulação da Constituição Brasileira no ano de 1988 assegurando a Assistência Social, como política não contributiva, sendo um dos pilares da seguridade social, atrelada a saúde e a previdência social. Consolidar a política de assistência social no Brasil sempre foi marcada por traços peculiares do Estado brasileiro, pois romper com a caridade, benemerência e concretizar como política de

direito e cidadania era demarcar dois campos distintos para a política pública de Assistência Social.

No ano de 1993 é publicado através da Lei 8.742 que sistematiza a Assistência Social enquanto política pública de direito a quem dela necessitar, após grande mobilização das massas para sua efetivação no ano de 1995 com a criação do Fundo Nacional da Assistência Social e com a criação do Benefício de Prestação Continuada – BPC, embora ainda estivesse atrelada aos interesses dos governantes a aplicabilidade desta (Almeida, 2017). Apenas em 2004, no governo do Presidente Lula, foi criada a Política Nacional de Assistência Social para fundamentar a Assistência Social como uma política de dever do estado e pilar do sistema de proteção social Brasileiro, propondo trabalhar de maneira integrada as demais políticas setoriais, visando prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica e/ou, especial para famílias e indivíduos fortalecendo de forma articulada os vínculos sócio comunitários. (Brasil, 2004) Foi também no ano de 2004 através da IV Conferência Nacional de Assistência Social o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A PNAS/2004 passa a ser o instrumento normatizador que confere maior organicidade às ações da política de assistência social brasileira, esta enfatiza que é imprescindível a análise de três vetores (pessoas, circunstância e família) com a finalidade conhecer o cotidiano, riscos e vulnerabilidades que a população está exposta. A PNAS estabelece as seguintes diretrizes: 1. Descentralização político-administrativa: proposta que se concretiza com o estabelecimento do comando único associado à adequação das especificidades locais, 2. Participação da população: numa perspectiva de expansão da democracia, visa ampliar os espaços de decisão das comunidades, 3. Primazia da responsabilidade do Estado: cada ente componente do Estado tem a possibilidade e dever de participar da implantação e financiamento das ações, programas, projetos e 4. Centralidade da família: com a ampliação de sua visibilidade e como locus privilegiado para a implantação dos programas (Brasil, 2004).

A partir desse marco legal, a política se configura oferecendo seus atendimentos nos serviços a pessoas e indivíduos caracterizando como em situação de risco ou vulnerabilidade social. Ficando na incumbência de proporcionar a proteção social garantindo as garantias afiançadas, que são, segurança de sobrevivência, de acolhida e convívio.

Nos Governos de Lula e Dilma a Assistência Social ampliou seus horizontes numa perspectiva de garantia de direitos, combate à pobreza com programas de transferência de renda como o Bolsa Família que em 2018 atendia mais quatorze milhões de brasileiros. Na contramão dos governos acima mencionados, com o golpe de 2016, o governo Temer houve

estagnação no crescimento das políticas sociais, principalmente no quesito transferência de renda. Em sentido oposto vem a criação do Programa Criança Feliz – PCF voltado para ações articuladas junto a primeira infância, porém não é um serviço contido da Tipificação dos Serviços socioassistenciais, colocando a questão social individual e desvinculada das determinações gerais do capitalismo (Cfess, 2017).

Outro elemento que se configura como dispositivo que fomenta a precarização do trabalho, principalmente no setor público, é o esvaziamento dos fundos públicos, fato que vinha ocorrendo na conjuntura política e econômica brasileira instalada no governo anterior por possuir uma agenda neoliberal. Isto é posto através da Emenda Constitucional n. 95/2016 e no âmbito da assistência social, especificamente, a portaria n. 2.362/2019.

Aqui entre em cena a discussão do golpe parlamentar de 2016 e a instalação da agenda neoliberal no país. Mas antes de adentrar especificamente a isto se torna necessário contextualizar que por volta da década de 90 chegou ao fim a transição da ditadura militar para o legado vanguardista – A nova república, dentro desse rol ocorreram algumas forças econômicas e das relações de poder que se desdobrou, ainda mais, em uma profunda crise no país (Vieira, 2006).

A autora supracitada traz em seus estudos que o processo neoliberal se dá a partir da ideia que o conceito do neoliberalismo é atravessado por três escolas de pensamento a Escola Austríaca, a de Chicago e a Friedman sendo elas ancoradas pelos princípios monetários e como são concebidas as políticas sociais nos países. Para esta última escola de pensamento a pobreza deve ser transferida para a iniciativa privada, pessoas de boas ídolos, de caridade e que pratiquem o altruísmo. Para as demais correntes de pensamento não são diferentes, as responsabilidades com as pessoas vulneráveis em suas diversas expressões seguem a mesma linha fazendo com o que o Estado fique com a responsabilidade mínima acerca das populações menos favorecidas e que tem seus acessos aos direitos básicos negados. No entanto, no Brasil, a partir do Golpe, estudiosos como Rodrigues (2020), os próprios estudos o Instituto do de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que o país atravessa e/ou atravessava um momento de agenda neoliberal.

Com a crise do capitalismo e a hegemonia do capital financeiro, o país vem assistindo a prevalência da agenda neoliberal. Como aponta Rodrigues (2020), no Brasil, desde os anos 90, a incorporação desta foi endereçada a cooptação a nascente legislação de cunho social conquistada através da constituição de 1988. Nos governos do Partido dos Trabalhadores (as) conjugaram interesses do capital com alguns ganhos para os trabalhadores (as), daí foi instaurado o golpe parlamentar retiro o poder de Dilma Rousseff e com isso os interesses

atuantes com força motriz, passaram a exigir a intensificação do ajuste fiscal.

Concomitante a isso, ainda no ano de 2015 o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) elabora documento intitulado: “Uma ponte para o futuro” com intuito de preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento. No ano de 2016 foi aprovada a emenda constitucional n. 95 que trata dos orçamentos fiscal e da seguridade social, estabelecendo o prazo de 20 anos nos quais as despesas primárias, básicas, passaram a ser vinculadas ao ano anterior, sendo reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (Rodrigues, 2020). O novo regime fiscal tem por finalidade a redução de gastos totais com as despesas primárias e priorização das despesas financeiras. Com isso, se deu uma diminuição no investimento público direcionados para as políticas sociais, como a política de saúde, educação e assistência social, passando a operacionalizar com orçamentos insuficientes para atender as demandas da população.

No que tange a política de Assistência Social o panorama atual do ajuste fiscal, como aponta Rodrigues (2020) revela um desfinanciamento que passou a reger os fundos públicos. Na nota técnica n. 27, intitulada “O novo regime fiscal e suas implicações para a política de Assistência Social no Brasil” o IPEA destaca que o congelamento real das despesas durante 20 anos “representa uma desresponsabilização do Estado com a situação do país com impactos em uma progressiva – e deletéria – desvinculação entre a atuação pública no campo social e a dinâmica de desenvolvimento do país” (Ipea, 2016, p. 27).

Não se deu por acabado os desmontes para com a política de assistência social no Brasil. Ao apagar das luzes do ano de 2019 o Governo de outrora através do Ministério da Cidadania publicou no Diário Oficial da União (DOU) a portaria n. 2.362, mais conhecida entre trabalhadores (as) e gestores da política de assistência social, como a portaria do “calote”. Com desrespeito a Constituição Federal de 1988 bem como ao descumprimento do pacto federativo.

A portaria, específica para os serviços Socioassistenciais e de gestão do SUAS, dispõe sobre o monitoramento da execução financeira do Fundo Nacional de Assistência Social com o intuito de promover a equalização do cofinanciamento do Sistema Único de Assistência Social.

O referido documento tem ainda como objetivo estabelecer parâmetros, considerando o saldo, repasse e índice de pagamento aos Municípios, esboçando ainda em seu Art.3º que o repasse de recursos para os Municípios seja conforme disponibilidade financeira, considerando os Municípios com menores índices de pagamento.

Para tanto, os recursos transferidos via fundo a fundo para os serviços socioassistenciais e gestão da política de assistência social nos Municípios não condizem com os princípios da Constituição Federal no seu Art. 195 bem como da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em seu Art. 30 com critérios dos Municípios elegíveis possuírem Conselho, Plano e Fundo regulamentados.

No tocante a seguridade social a partir de 2016 com o Presidente Michel Temer surge o ideal de desmontá-la, com adoção de contrarreformas dentre elas a reforma trabalhista, reforma previdenciária e a Emenda Constitucional n. 95, além de outras desregulamentações ocasionando impactos nas políticas sociais.

Destarte a isso Santos (2020) ressalta em pesquisa documental realizada através do Censo Suas³ dado um recorte entre os anos de 2015 e 2017 denotam mudanças de classes sociais no país, alegando os seguintes motivos: o declínio do ciclo neodesenvolvimentista responsável pela criação e expansão do sistema único de assistência social e em segundo pela agenda neoliberal objetivando o ajuste fiscal, marcada notadamente pela emenda Constitucional n. 95.

Corroborando com Santos (2020), Macedo e Fontelle (2022) aponta para pouco crescimento dos serviços de Assistência social nos Municípios Brasileiros. Os mesmos mostram que entre 2011 e 2014 foram abertos 23.741 serviços em todos os níveis de proteção social na política de assistência social acompanhando um salto de contratação de trabalhadores (as) de 41.656 para 115.231 de acordo com o censo suas. Em contrapartida nos anos subsequentes estagnou a expansão e abertura dos serviços em detrimento ao novo modelo de ajuste fiscal.

De acordo com Silva (2019) o orçamento público da assistência social no ano de 2018 já havia um comprometimento significativo sendo suprido apenas os benefícios de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). Nesse contexto o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou o valor para ser executado no exercício de acordo com a resolução n.12 de 09/07/2017 de R\$ 59.070.067.715,00 sendo executado via transferência fundo a fundo Nacional para os fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social o valor de R\$ 59.030.613.508,00 o que mostra uma queda na execução dos recursos para a política de assistência social elemento que precariza o trabalho nessa política.

³ O Censo SUAS é um processo de monitoramento do Sistema Único de Assistência Social. É a coleta informações sobre os padrões de serviços, programas e projetos realizados na esfera de ação do Sistema Único da Assistência Social e de seu controle social.

Diante dos retrocessos ocorridos na história da política de assistência social, nota-se que há através de pesquisas um desmonte no quesito expansão de serviços e um congelamento financeiro nos recursos da referida política pública estudada, conforme confrontar-se-á a seguir, nas análises dos dados dessa dissertação.

4 A PSICODINÂMICA DO TRABALHO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR

Neste capítulo é uma possível explicitar uma interlocução da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) de apresentado por Dejours com a perspectiva da saúde do trabalhador (a). Percorrendo um caminho histórico da Psicodinâmica do trabalho (PDT) e conceituando os processos de saúde que se tem na contemporaneidade.

Entender as organizações do trabalho e suas implicações na qualidade de vida, na saúde e no modo de adoecimento dos trabalhadores é de suma importância na compreensão e na intervenção em situações que compreendem o contexto laboral que estejam gerando sofrimento e agravos à saúde e sofrimento. Essas organizações e os sistemas de produção que as influenciam, a combinação deles, as brechas e fragilidades desses sistemas adaptam modelos organizacionais e tecnológicos, muitas vezes de forma incompleta, provisória e cumulativa (Heloani & Lancman, 2004)

Ainda seguindo a lógica dos autores acima arrolados Heloani e Lancman (2004) a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) não tem como objetivo a transformação direta das condições laborais, mas sim a modificação das relações subjetivas no ambiente de trabalho. Em outras palavras, seu foco está na alteração do modo como as pessoas vivenciam e se relacionam com o trabalho. Ela não busca mudar o trabalho em si, mas sim a experiência do trabalhar. Seu impacto não se reflete nas tarefas ou nas estruturas laborais, mas sim no trabalhador e em sua relação com o ambiente profissional.

Ao longo da história da humanidade é possível observar a ascensão nas concepções e transformações acerca da saúde em direção ao trabalhador. Esta não deve ser cogitada, direcionada apenas para a história dos operários, mas em contrapartida aspirar como parte inerente ao homem. Algumas transformações ocorreram no decorrer do percurso das linhas de pesquisa e teorizações relacionadas a saúde do trabalhador ultrapassando a ideia causalista permeada por vias da produção até chegar aos teóricos da modernidade como se propõe Paul Sidavon – primeiro autor a empregar o termo Psicopatologia do Trabalho em 1952- , Le Guilliant – estabelece o nexos causal entre trabalho e a psicopatologia - e Cristian Dejours – a psicodinâmica do trabalho - enfatizando os diversos enfoques sobre o adoecimento psíquico dos trabalhadores (as) (Lima, 2017).

Partindo do pressuposto de Dejours (2011) o trabalho não é apenas uma atividade do eu, é também uma atividade dirigida ao outro, reforçando a construção da centralidade do trabalho ante a construção da identidade, pois, o trabalho não oferece apenas a transformação

de si, mas também uma transformação do campo social e com isso o processo de construção da identidade.

Entretanto, a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho se destaca ao integrar intervenção e pesquisa, seguindo os princípios da pesquisa-ação. Embora seja fundamentada nessa metodologia, ela se autodenomina clínica do trabalho devido às suas características singulares. A clínica do trabalho se propõe a ampliar o entendimento da relação entre saúde mental e trabalho, partindo da observação direta no campo laboral e mantendo um constante diálogo entre teoria e prática. Seu objetivo primordial é intervir em situações reais de trabalho, decifrando os processos psíquicos envolvidos e gerando contribuições teóricas e metodológicas passíveis de replicação em diferentes contextos. Como enfatizado por Dejours, a Psicodinâmica do Trabalho é, essencialmente, uma clínica voltada para o entendimento profundo e intervenção eficaz nas dinâmicas laborais.

As mudanças atuais no mundo do trabalho provocam um impacto e reflexos na vida de indivíduos que são obrigados a conviver com lógicas de mercado flexível, criando situações que geram instabilidade e de ameaça que é vivenciada como um mal inevitável dos tempos modernos, e cuja causalidade é atribuída ao destino, à economia ou ainda às relações sistêmicas (Dejours, 1999)

No que concerna a psicodinâmica do trabalho, bem como sinalizado por Brito (2017) a saúde é um estado de vir a ser dentro da realidade e estável como já esboçava Dejours (1986) que este construto é um completo estar a ser atingido, um objetivo a ser alcançado, devendo deixar-se os movimentos dos corpos livres não permanecendo de forma fixa.

Na relação saúde e trabalho se estabelece de maneira em que os dois construtos se entrelaçam. Como coloca Dejours, Dessors e Desriaux (1993) o trabalho pode vir a ter a denotação de deterioração da saúde, tornando-se fontes inesgotáveis de danos a saúde, entretanto, o labor pode se constituir como um fator de equilíbrio e de desenvolvimento quando permite aos trabalhadores (as) conciliar as suas necessidades biológicas e subjetivas ao desejo de executar a tarefa.

A discussão em relação aos estudos a respeito do sofrimento psíquico no trabalho se expande na década de 1970 por Dejours e tem outra vertente de investigação do homem no trabalho, passando de psicopatologia do trabalho para a *Psicodinâmica do Trabalho* que de acordo com Dejours (2004, p.53):

A psicodinâmica do trabalho abre caminho para perspectivas mais amplas... não abordam apenas o sofrimento, mas, ainda o prazer no trabalho, não mais

somente o homem, mas o trabalho, não mais apenas a organização do trabalho, mas as situações de trabalho nos detalhes de sua dinâmica interna.

A psicodinâmica do trabalho (PDT) traz em bojo uma maneira de analisar os processos subjetivos mobilizados pelas situações de trabalho, bem como situa-se no campo da produção de conhecimento. Para Dejours (2004) a relação entre a organização do trabalho e o homem não é algo constituído com intacto, mas encontra-se em um movimento contínuo assentada em um equilíbrio leve e aberto a evolução e as transformações. Nesse sentido a psicodinâmica do trabalho enxerga o trabalhador como seres ativos, sendo capazes de criar estratégias de defesa para desenvolver as atividades dado o trabalho real.

Neste campo a Psicodinâmica do trabalho (PDT) define o trabalho como uma atividade manifestada por homens ou mulheres para realizar o que ainda não está prescrito pela organização do trabalho. É nesta ceara de teorização que Barros (2016) defende que a partir de entrevista com Dejours que o trabalho pertence ao mundo não visível, pois trabalhar é de ordem subjetiva, não é possível de mensurar-se. É neste cenário que surge o hiato entre o prescrito e o real do trabalho. O trabalho prescrito são os aspectos inerentes ao desempenho da função, já o trabalho real é a inteligência – subjetivo - que o trabalhador faz uso para chegar a uma solução inerente ao desenvolvimento do prescrito. Sendo uma disciplina clinica que se ancora na descrição e no conhecimento das relações entre trabalho e saúde (Heloani & Lancman, 2004).

Neste sentido Heloani e Lancman (2004, p. 82) dizem a respeito da Psicodinâmica do Trabalho (PDT):

A Psicodinâmica do Trabalho (PDT) busca compreender os aspectos psíquicos e subjetivos que são mobilizados a partir das relações e da organização do trabalho. Busca estudar os aspectos menos visíveis que são vivenciados pelos trabalhadores ao longo do processo produtivo, tais como: mecanismos de cooperação, reconhecimento, sofrimento, mobilização da inteligência, vontade e motivação e estratégias defensivas que se desenvolvem e se estabelecem a partir das situações de trabalho. Compreende que o trabalho é um elemento central na construção da saúde e identidade dos indivíduos e que sua influência transcende o tempo da jornada de trabalho propriamente dita e se estende para toda a vida familiar e tempo do não-trabalho

A organização do trabalho seguindo o pensamento de Dejours é compreendida através das divisões de tarefas, as normas, os controles e os ritmos de trabalho. Neste segmento pode-se analisar as condições de trabalho como sendo a qualidade no ambiente físico, dos postos de trabalho, equipamentos para executar as atividades.

Ainda vale ressaltar que uma das análises fundantes da tese Dejouriana são as vivências de prazer e sofrimento no trabalho, pois segundo Augusto, Freitas e Mendes (2014) a Psicodinâmica do Trabalho (PDT) tem em seu bojo uma das principais finalidades investigar os processos de saúde e sofrimento/adoecimento acometidos pelo trabalho e como o coletivo de trabalho se ressignifica diante dos sofrimentos para obter satisfação/prazer ao desenvolver suas atividades. Não se trata de uma coisificação de maneira automática, mas de toda uma mobilização subjetiva do trabalhador e do contexto do trabalho.

Em seus escritos sobre a Psicodinâmica do Trabalho (PDT) Dejours (2008) constata que embora as tecnologias em relação ao trabalho tenham avançado não trouxe o tão anunciado penoso fim do trabalho humano, entretanto, evidenciaram as desigualdades e a injustiça social e trouxeram maneiras de sofrimentos mais complexas e sensíveis, sobretudo do ponto de vista psíquico.

Para a psicodinâmica do Trabalho (PDT), o trabalho ocupa o lugar central na construção da identidade, da sociabilidade e da autoestima do trabalhador bem como na determinação do sofrimento psíquico. Ela tem objetivo de compreender as dimensões entre os sofrimentos em detrimento do trabalho e o desejo do trabalhador que a atividade de trabalho aconteça. (Augusto, Freitas & Mendes, 2014).

Uma discussão que embasa, também o presente estudo, é a respeito do reconhecimento dentro da perspectiva da psicologia do trabalho. De acordo com Dejours (2008) o reconhecimento permeia a construção da identidade atravessando a precarização dos vínculos, a intensificação das relações humanas e resulta como o autor denomina de banalização da injustiça social; e as condições da representação sindical que deixa, de certa forma, fragilizada a condição política da classe trabalhadora, acirrando a competição entre os trabalhadores (as) das empresas.

O Reconhecimento, partindo do fenômeno da família permeia e vivencia um sentimento indiferenciado do amor, pelo qual cada um tem o outro e como ele mesmo. Já concernente ao âmbito laboral é representado por uma interação primariamente dependente do reconhecimento, pois é atravessado pelo desempenho das atividades dos outros, tomando como base as relações entre a consciência e as coisas, pela primeira, entre as ferramentas e a natureza

pelo segundo. Já em relação ao Estado se dá de maneira ética, quando há o movimento de singularização da consciência relacional mediada pela sociedade civil e pelo Estado (Dejours, 2008).

Dejours (2008) destaca duas maneiras de reconhecimento, sendo a primeira baseada no reconhecimento de utilidade e o segundo balizado em questões relacionadas a beleza. Sendo, consecutivamente, o primeiro ligado aos superiores do coletivo de trabalho e o segundo emerge aos pares.

Já outro teórico bastante conhecido dentro da psicologia do trabalho discute, também, fatores ligados ao reconhecimento no âmbito do trabalho. Bendassolli (2012) destaca que o reconhecimento perpassa por um processo intersubjetivo com marcações progressivas de identidade, divisões e cada vez mais complexas as maneiras de sociabilidade, indo da gênese do indivíduo – a família ao Estado. O processo de reconhecimento faz intercessão entre o particular (o eu) e o universo (campo da ética), articulando, assim, a reflexividade com a alteridade no ambiente das estruturas normativas da sociedade.

Destarte a isso se faz necessário conceitualizar o fenômeno saúde, como campo permeado pela transversalidade e não mais utilizando de velhos chavões como apenas ausência de doença. Baseado nesses princípios e ancorada na ideia do filósofo Canguilhem (2005), Brito (2017) teoriza o fenômeno saúde como algo relacionado a vitalidade, isto é, vida, por sua vez considerada uma atividade normativa. Está sendo caracterizado como um conjunto de leis naturais, enquanto o adoecimento fossem um desvio dessas normas físicas.

No entanto o conceito de saúde adotada para construção desse estudo se ancora, também, nos princípios da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), pois esta considera o trabalhador (a) como ser vivo capaz de se adaptar aos meios seja através das variabilidades que podem ocorrer no desenvolver das atividades humanas e criar estratégias para reencantar o trabalho e sentir-se prazer e /ou satisfação.

5 MÉTODO

Neste capítulo é possível evidenciar como se deu o método do presente estudo. O tipo da pesquisa, a justificativa pelo respectivo tipo, o lócus, a amostra, os instrumentos, os procedimentos utilizados para adentrar o campo da pesquisa, a análise dos dados empíricos e aspectos inerentes a ética envolvendo seres humanos de acordo com legislação nacional vigente.

5.1 Delineamento

Este estudo trata-se, especificamente, de um delineamento exploratório e descritivo com abordagem qualitativa fundamentada na Psicodinâmica do Trabalho como teoria técnica. Para tanto, através da metodologia qualitativa é possível interpretar o conteúdo apresentado dos discursos, como crenças, valores e significados como aponta Minayo (2012).

Laville e Dionne (1999) esboça que a pesquisa qualitativa é, no entanto, um estudo acerca dos fenômenos que não podem ser mensurados dando privilégios aos sujeitos como atores sociais da sua própria história de vida, nesse caso se entrelaçando com o trabalho.

5.2 Lócus

A pesquisa foi realizada nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS dos Municípios localizados na 8ª Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba, sertão da Paraíba, e que são considerados de acordo com Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Municípios de pequeno porte II para alocação de recursos via Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social. O sertão da Paraíba possui sete Municípios de pequeno porte II, dentre eles três Municípios possuem dois CRAS, um deles três CRAS e os demais possuem apenas um.

A escolha desses locais de pesquisa se deu em virtude de serem municípios do mesmo porte populacional, e embora estejam na mesma microrregião possuem públicos diferenciados de atendimento. Bem como é possível observar na literatura ausências de pesquisa nessas localidades interioranas a respeito da temática. Foram realizadas buscas em alguns periódicos encontra-se apenas um estudo documental intitulado “*Uma análise sobre o cumprimento da Emenda Constitucional n. 29 na Microrregião de Catolé do Rocha*”, escrito por Oliveira (2014).

No que concerne ao local da pesquisa, cabe explicitar que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um equipamento estatal público que oferta serviço de acolhimento e atendimento as famílias e indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social localizadas em seu território. De acordo com a Tipificação dos Serviços socioassistenciais o cras se encontra

configurando dentro da proteção social básica (PSB), pois a família ou indivíduo é acompanhado pelo serviço com a finalidade de potencializar os vínculos familiares e sociais existentes (Glória, 2011). Esse serviço possui, também, a incumbência de realizar a gestão socio territorial da proteção social básica (PSB).

5.3 Participantes

Os participantes desta pesquisa foram profissionais de nível superior – Psicologia e Serviço Social – dos CRAS dos Municípios do sertão da Paraíba que estavam em pleno exercício de suas atividades laborais com no mínimo um ano de atuação no referido serviço. A priori a amostra foi pensada em 10 profissionais, pois os pesquisadores haviam realizado pesquisa prévia no cadastro de profissionais do sistema único de assistência social (CADSUAS) e havia quantidade superior a amostra, porém quando os pesquisadores se depararam com o campo observaram que haviam informações não condizentes com a realidade constatada, o que fez a reduzir a quantidade de participantes no referido estudo.

Para tanto, conseguiu-se entrevistar três trabalhadoras de cada Município, sendo cinco delas com formação em serviço social e uma com formação em psicologia. Embora a equipe da proteção social básica desses dois Municípios é formada apenas por três trabalhadoras, as mesmas foram receptivas ao estudo e em nenhuma etapa do percurso as mesmas demonstraram desinteresse ou outro adjetivo que denote este em colaborar com a pesquisa.

5.4 Instrumentos

A pesquisa utilizou o diário de campo com objetivo de realizar observações inerentes ao ambiente de trabalho sem finalidades de discutir como instrumento de pesquisa, entretanto foram utilizados alguns elementos do diário de campo e observação para o enriquecimento das discussões e resultados desse estudo.

Se utilizou como instrumento o questionário socio demográfico e entrevistas semi estruturada que permitiu investigar e aprofundar o objeto de estudo. A observação da organização do trabalho tem como premissa principal entender o modo de funcionamento dos serviços onde serão realizadas a pesquisa, bem como os profissionais se organizar para desenvolverem suas tarefas, divisão hierárquica bem como outros fatores que possam surgir no decorrer do trabalho prescrito.

De acordo com Lakatos e Marconi (2010) a observação se configura como uma técnica de pesquisa com um intuito de adentrar e utilizar os sentidos na obtenção de determinados fenômenos

da realidade. Não resume apenas aos fatos de ver e ouvir, mas de examinar os aspectos que estão sendo estudados. Conforme Laville e Dione (1999) a observação no campo do trabalho é utilizada para delinear informações gerais e específicas sobre as relações no ambiente organização do trabalho. Neste contexto a observação dar subsídios ao pesquisador vislumbrar o contexto que irá se pesquisar bem como conhecer o clima organizacional.

No que tange ao questionário segundo Gil (2008) se configura como um instrumento com objetivo de descrever as características da população pesquisada que tem como objetivo propiciar determinado conhecimento ao pesquisador e utilizar-se de uma linguagem de fácil acesso com clareza e objetividade. Neste cenário serão elencadas questões referentes a arranjos de moradia, identificação socioeconômica, profissional, condições de trabalho e sobre a organização do trabalho que propiciam a construção do perfil dos entrevistados e o campo da organização do trabalho.

Como instrumento, também, este estudo utilizou a entrevista que se configura como um dos elementos principais para a pesquisa qualitativa nas ciências sociais e humanas. Esta tem em seu planejamento o propósito de alcançar os objetivos desde a organização das questões a escolha dos participantes (Lakatos e Marconi, 2010).

Ainda contribui Laville e Dionne (1999) que as entrevistas semi estruturadas são uma espécie de perguntas abertas, realizadas de maneira formal, a partir de uma ordem planejada pelo próprio pesquisador.

As entrevistas foram gravadas a partir de um Smartfone no Aplicativo Gravação de Voz e armazenadas até a transcrição, esta última com a finalidade de analisar os dados.

Os instrumentos utilizados para produção de conhecimento desse estudo foram elaborados pelo próprio pesquisador, endossados através do instrumento de questionário elaborado por Sobrinho (2017), porém acrescida de alguns elementos com a finalidade de responder ao objeto de estudo em questão.

5.5 Procedimentos

A pesquisa foi realizada nos Centros de Referência de Assistência Social dos Municípios do sertão paraibano interior da Paraíba. Como o estudo foi nas instituições o pesquisador entrou em contato com os gestores municipais de Assistência Social ou congêneres para previa autorização da pesquisa em lócus. Posteriormente sendo autorizado o pesquisador entrou em campo para conhecer e produzir os conhecimentos no campo do trabalho.

Foram realizadas quatro idas ao campo de pesquisa. Na primeira o objetivo foi de

observação dos serviços, levantamento de funcionamento, coleta de informações sobre os profissionais e suas condições de trabalho. Se propôs, também, um encontro com os gestores desses serviços para colher informações mais detalhadas sobre a dinâmica de funcionamento da organização de trabalho.

Feito isso, se realizou uma explanação acerca da temática a ser pesquisada, como também seus objetivos, e os entrevistados concordaram em participar do estudo. Foi aplicado os questionários e as entrevistas semi estruturadas previamente com datas agendadas, mediante disponibilidade deles, no próprio ambiente de trabalho.

Este estudo está em consonância com os pressupostos preconizados pelas resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, assegurando que o sigilo e o anonimato dos participantes serão preservados. Bem como será utilizado nomes fictícios para categorização dos dados e discussão e análise dos resultados.

5.6 Análise dos dados

Os dados produzidos através dos questionários e entrevistas semi estruturadas aplicadas serão analisadas a partir da análise categorial temática com codificação colorimétrica e recortes das falas dos participantes segundo a análise de conteúdo de Bardin (2016) e analisadas sob a luz da Psicodinâmica do Trabalho (Lima, 2019).

De acordo com Martinelli (1999) este método é capaz de vislumbrar uma maneira interpretativa, compreensiva e explicativa mais eficaz sob o fenômeno pesquisado. Dessa maneira, a análise de conteúdo, permite que trabalhe com valores, crenças, representações e significados (Laville e Dione, 1999).

5.7 Aspectos éticos

Considerando que toda pesquisa que envolve seres humanos envolve riscos e possíveis danos concernentes a saúde, a moral, a intelectualidade, social cultural além de atravessar outras dimensões de riscos e danos. E este estudo se ancora como objeto o trabalho e como desdobramento das dimensões do trabalho os pesquisados passaram por algumas inquietações emocionais durante o processo de pesquisa, como choro, angústia ao falar do trabalho, mas a todo momento foram respeitadas pelos pesquisadores todos os preceitos éticos estabelecidos nas legislações nacionais.

Para a execução da pesquisa, foi utilizado como referência as determinações éticas para pesquisa envolvendo seres humanos, em conformidade com as resoluções n.466/12 e n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde. Foi solicitado autorização para

a realização da pesquisa diretamente aos órgãos gestores da Política de Assistência Social de ambos Municípios pesquisados.

Posteriormente a esse processo e passado o momento da qualificação da presente dissertação o estudo foi submetido a Plataforma Brasil (www.saude.gov.br/plataformabrasil) sendo apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba – CEP/UEPB sob Certificado de Apresentação de Apresentação Ética – CAAE n. 67846523.1.0000.5187 e parecer consubstanciado em condição favorável sob n. 6.052.329 como consta no ano F desse estudo.

Passando dessa os coordenadores dos serviços foram contactados pelo pesquisador para conhecer os equipamentos alvo da pesquisa e conhecer o processo de trabalho. Foi realizada, também, no momento da visita para conhecimento do equipamento contato com os trabalhadores (as) do serviço.

Posteriormente, no momento da coleta das informações inerentes a pesquisa foram utilizados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, Apêndice C e o Termo de Autorização para Gravação da Voz, conforme anexo B.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os resultados e as discussões encontradas no campo da pesquisa empírica. No primeiro momento se explicitará uma caracterização dos participantes a partir do instrumento denominado na pesquisa de questionário sociodemográfico. A partir deste foi possível delinear um perfil social dos trabalhadores (as) alvo dessa desse estudo.

Posteriormente a esse momento a dissertação esboça as análises dos cinco elementos categorizados, sendo a análise temática de Bardin (2016), e discutidas e a partir dos conceitos da Psicodinâmica do Trabalho (PDT). As categorias arroladas no decorrer das entrevistas foram formalizadas a partir da “*formação profissional, Trabalho Prescrito x Trabalho Real, Precarização do Trabalho, Cooperação, Trabalho em rede e reconhecimento no trabalho e Vivências de Prazer e sofrimento no Trabalho.*”

6.1 Caracterização Sociodemográfica da Amostra

O presente estudo se trata de uma pesquisa que se delinea de cunho qualitativo, como mencionado no método, para tanto não se pretende quantificar dados.

A amostra foi sustentada por quatro trabalhadoras da política de assistência social de dois Municípios de pequeno porte II do sertão da Paraíba. Para não serem identificadas os participantes da pesquisa ao desenrolar das discussões dos resultados os mesmos serão nomeados por pseudônimos.

A tabela a seguir mostra a realidade sociodemográfica relacionadas a divisão social do trabalho.

Tabela 1 – Caracterização do Perfil socio demográfico da Amostra

Pseudônimo	Gênero	Profissão	Nível de Escolaridade	Vínculo Empregatício	Tempo no Serviço
P 1	F	AS	PG	ESTATUTÁRIO	15 ANOS
P 2	F	AS	PG	ESTATUTÁRIO	8 ANOS
P 3	F	AS	PG	ESTATUTÁRIO	15 ANOS
P 4	F	PSI	PG	ESTATUTÁRIO	20 ANOS
P 5	F	AS	GR	ESTATUTÁRIO	15 ANOS
P 6	F	AS	PG	ESTATUTÁRIO	9 ANOS

Legenda:

P 1: Profissional 1; F: Feminino; AS: Assistente Social; PG: Pós Graduação; GR: Graduação

No que concerne ao gênero, todas se declararam como pertencendo ao feminino, o que coaduna com as contribuições de Cisne (2004) quando ela traz suas considerações acerca da história do serviço social Brasileiro, tendo em vista que cinco das participantes da pesquisa são assistentes sociais de formação. A autora supracitada enfatiza que o serviço social no Brasil desde o seu surgimento se permeou no meio da igreja católica nas décadas de 1930 e 1940 e se deu através de dois desdobramentos, sendo um deles o fato de constituir-se em um movimento exclusivamente feminino com uma nítida marca de classe, isto é, a reprodução dos interesses da classe dominante.

Cisne (2004) ressalta que as práticas do serviço social brasileiro até então estavam atreladas ao humanismo cristão, cuidados, compaixão, docilidade, meiguice, convencimento que por sua vez, se entrelaçam, com as habilidades e qualidades atribuídas ao feminino no contexto tradicional patriarcal brasileiro que se espera do gênero.

No que concerne a profissional da psicologia, embora foi entrevistada apenas uma, se faz necessária a discussão pois essa profissão é marcada e atravessada pelo gênero feminino. Figuêredo e Cruz (2017) apontam que embora seja nítido a presença marcante do gênero feminino na psicologia Brasileira há poucos estudos no campo da saúde dos trabalhadores (as) da política de assistência social no Brasil, mas enfatizam que as profissões da psicologia, do serviço social e da enfermagem são profissões historicamente ligadas ao cuidado e abarcando a responsabilidade ao feminino.

As mesmas, Figuêredo e Cruz (2017), esboça uma pesquisa pioneira realizada no Estado de São Paulo por Sylvia Leser de Mello acerca do Psicólogo Paulista e mais tarde, em 1988, o Conselho Federal de Psicologia Brasileiro (CFP) faz um levantamento intitulado “quem é o Psicólogo Brasileiro?”. A ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia) também fomentou pesquisas no sentido de desvendar marcadores de gênero na profissão (Figuêredo e Cruz, 2017). No ano de 2012 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou uma pesquisa com a categoria em todo território nacional intitulada: “Profissão e Gênero no exercício da Psicologia no Brasil” em uma amostra de mil e quinhentos entrevistados e como resultado 89% dos entrevistados são do gênero feminino mostrando que a profissão é genuinamente formada por mulheres.

Dentro da guisa de raça três entrevistadas se consideraram pardas, duas brancas e uma negra, Andrade e Pereira (2019) elencam que a raça e gênero se constroem de maneira

entrelaçadas dentro das relações estruturalmente desiguais. Como pode-se observar nos dados obtidos nesse estudo metade das entrevistadas são consideradas pardas e negras, ganham até dois salários mínimos por uma jornada de trabalho de até 30 horas semanais e a renda provida do seu trabalho de três trabalhadoras pesquisadas é a principal fonte de renda para suprir as necessidades da família.

Os apontamentos realizados em relação aos marcadores de gênero e raça desembocam tanta no que apontam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) quanto nos estudos de Cisne (2004) concernentes as desigualdades sociais no mercado de trabalho para os profissionais que estão inseridos dentro da Política Pública de Assistência Social gerando o que Bezerra (2014) vem denominar de bipolarização de emprego feminino, pois embora a mulher a partir da década de 90 tenha conseguido espaços no mercado de trabalho, ela ocupa posições no trabalho que se desdobram em condições precárias de trabalho, como baixos salários, trabalhos que denotam cuidados e exaustão emocional. Se configurando como Bezerra (2014) denomina de divisão social e sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho segundo a autora supracitada mantém as mulheres aprisionadas a espaços ocupacionais, na mesma medida em que atualiza os níveis da exploração da classe trabalhadora, de acordo com a composição sexuada em uma perversa conjunção que articula as modalidades de extração de mais valia relativa e absoluta. O que acontece nitidamente, através de suas falas, com as trabalhadoras entrevistadas, pois não conseguem cursar uma pós graduação em nível strictu senso pois além dos Municípios não possuem um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), as mesmas, três delas, seu trabalho é a principal fonte de renda da família e cinco delas possuem filhos. Sendo esse último fato não obstáculo para adentrar em espaços acadêmicos em níveis mais elevados, no entanto nas cidades interioranas não possuem essa modalidade de Pós Graduação e o deslocamento e a distância, poderia, ser um fator preponderante na decisão dessas mulheres.

Em relação ao tempo de atividade nos seus postos de trabalho três das entrevistadas possuem quinze anos de atuação no serviço, uma vinte anos, uma oito anos e uma tem nove anos de atuação. As entrevistadas foram nomeadas e empossadas no serviço público através de concurso público provas e títulos, para tanto não há uma progressão funcional do trabalho das mesmas pois ambos os Municípios pesquisados não detêm de planos de progressão dos trabalhadores (as) da Política Pública de Assistência Social.

De acordo com Antunes (2018) a precarização do trabalho tem ligações diretas com a questão da informalidade e da flexibilidade do trabalho, isto é, trabalhadores (as) desprovidos de direitos. Embora no caso particular da pesquisa os vínculos não são informais tampouco

fragilizados, no entanto, percebe-se timidamente reflexos de uma perversa conjuntura político administrativa que se desdobra minimamente em um contexto precário de trabalho, pois há um estacionamento de crescimento profissional dentro do serviço público. E ainda corroborando com Antunes (2018) há uma espécie de trabalho precário legal e ilegal o que ocorre com três entrevistadas, sendo seus vencimentos básicos um salário mínimo vigente e acrescidos um valor afora do contra cheque como espécie de gratificação, porém não contabilizando como base para a previdência social.

6.2 Formação Profissional

Embora a formação profissional não seja objeto de investigação desse estudo, se faz necessário realizar uma contextualização acerca da trajetória profissional das trabalhadoras desse estudo haja visto que de certa maneira a formação contribui para o exercício legal da profissão.

Os trabalhadores (as) a serem investigados por este trabalho seriam, a priori, os trabalhadores (as) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que estão elencados na Norma Operacional Básica – Recursos Humanos – SUAS (NOB – RH -SUAS) para tanto nos equipamentos pesquisados para executar o serviço de proteção e atendimento as famílias (PAIF) haviam apenas Psicólogo e Assistente Social.

No que concerne ao serviço social Brasileiro Oliveira e Chaves (2017) discorrem que a primeira escola de serviço social no país se deu através da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP (PUC – SP) em 1936 com uma história aguerrida através de conquistas, mas também atravessada pelo conservadorismo e as subserviências impostas pelo mercado. Oliveira e Chaves (2017) ressaltam que desde as origens da profissão houveram forte influência da igreja católica, dos papas e posteriormente a esses movimentos o serviço social Brasileiro passou por uma reconceituação. Como a Profissional 1 (P1) menciona em sua fala:

“eu terminei em 89.1. Foi muito impressionante quando eu terminei a faculdade, então meu curso atrasou. Então nesse período, eram as disciplinas, aquelas básicas do curso, serviço social 1, serviço social 2, pesquisa, administração, mais uma disciplina específica dentro da política de assistência social, se por isso você quer saber, não participei, não tive. A gente estudou muito pesquisas, como metodologias, administração, né? Sociologia, agora tudo isso dentro do serviço social, como era na Grade Curricular. Depois houve uma reconceituação do serviço social e tudo mudou, então assim, muita coisa que eu vi e muita gente hoje não vê. Então hoje tem nas

universidades, tanto a pública como na privada, tem hoje essas disciplinas que dão mais uma abertura para o estudante, para o acadêmico, se a partir de conhecimento, se quiser depois seguir essa trajetória de serviço social, com as políticas públicas, abre mais o leque de atuação”

De acordo com Cisne (2004) o serviço social surge no campo conflituoso da relação capital x trabalho cujo principal empregador é o estado sendo principal objetivo a reprodução da força de trabalho, com a visão de conformação e enquadramento da classe trabalhadora à ordem do capital. Enquadramento que por sua vez está circundado para amenizar os conflitos ocasionados pelo acirramento da questão social.

Na atualidade o eixo central da atuação no serviço social é pautado no projeto ético político, dentro da laicidade do país, no princípio do materialismo histórico dialético e no código de ética do Assistente Social elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (Oliveira & Chaves, 2017).

No cenário da psicologia Vilela (2021) traz contribuições que fazem estreitas relações do surgimento da psicologia com o serviço social Brasileiros. No campo da psicologia o autor anteriormente citado explicita que a ciência psicológica no país se deu como nos demais países periféricos, em detrimento do sistema da exploração da força de trabalho, da hegemonia da igreja católica com o surgimento da reforma protestante. Mas algo especificamente que a psicologia acompanhou foi a mudança nas cidades, principalmente o aumento delas em detrimento do êxodo rural, do avanço tecnológico e da comunicação. O que leva em consideração todo o contexto socio cultural, político do Brasil para a Psicologia.

Atualmente, no país são mais de 300 mil psicólogos registrados no Conselho Federal de Psicologia (CFP) atuando em suas respectivas regiões. O primeiro projeto de domínio público para a psicologia foi no ano de 1932 na cidade do Rio de Janeiro, porém os institutos foram fechados. Após esses movimentos na década de 50 foram criados dois cursos de graduação em psicologia um no Rio de Janeiro e outro no Rio Grande do Sul ambos em instituições católicas. A partir daí deu início a tentativa de regulamentação da profissão, sendo regularizada em agosto de 1962 através da lei nº 4.119 (Oliveira, Soligo, Oliveira & Angelucci, 2017).

Na atuação profissional em psicologia há que considerar alguns aspectos importantes, também, como o código de ética profissional, alguns preceitos básicos como as dimensões conceituais como pontua Cordeiro e Spink (2018) o materialismo histórico dialético, a psicanálise, a cognição entre outras. Há uma diversidade de teorias que sustentam a psicologia

enquanto ciência no Brasil.

Para tanto há críticas na atuação do psicólogo que atua na área social, o Psicólogo denominado Social, como aponta Cordeiro e Spink (2018) há dois momentos na psicologia social no Brasil, um momento em que esta era dominada pela psicologia norte americana, positivista, buscava a neutralidade na ciência e centrada em um modelo biologista. Mas que não aconteceu apenas no Brasil.

O outro momento se deu em detrimento do país está situado na América Latina e no pós guerra por volta dos anos 60/70 e a profunda crise começaram espaços nas discussões sociológicas. No entanto, a Psicologia Social começou a ser problematizada pelos Europeus e no mesmo momento em que no Brasil começaram a serem questionados o modelo hegemônico de internação psiquiátrica e doença mental e as desigualdades sociais aumentando. Então começam-se os psicólogos a questionar nos consultórios, nas indústrias quem somos? O que buscamos? Qual a nossa contribuição social? A quem estamos servindo?

Com esses desdobramentos, Spink (2018) explicita que realiza um estudo piloto nos distritos sanitários na cidade de São Paulo acerca da atuação dos psicólogos na atenção primária a saúde e a maioria desses profissionais não possuem definições claras das suas atribuições no campo de trabalho. Fazendo uma interlocução com os resultados dessa pesquisa, a base formativa necessita de um conhecimento mais denso acerca das práticas e das atribuições dos profissionais especificamente no contexto social, seja da psicologia ou do serviço social.

Para tanto as entrevistadas alegaram em suas falas que seus cursos de graduação não abordaram muito a questão da política de assistência social, reiteram apresentarem de maneira mais generalista como seguem nas falas:

“Na grade curricular, basicamente a gente tem apenas uma análise geral, não é algo focado em si na política de assistência. A gente estuda questão da política pública no geral, de criança e adolescente, estudo um pouco sobre a Seguridade Social, que é o foco quando entra na assistência social também, que a gente vai estudar as três políticas de Previdência, Saúde e Assistência Social, mas não teve, na minha grade curricular, uma disciplina propriamente para a política de assistência social. (...) Por que a gente estuda essa questão como curso generalista, é mais essa questão de leis no geral, o que a gente pode estar aprendendo com relação a análise socioeconômica das famílias, que é o que a gente pratica no CRAS (P 2).”

“Na formação basicamente não, apenas o que a gente vê no currículo na universidade, que a gente paga as cadeiras e tem as cadeiras direcionadas às políticas

sociais (P,4). “

“(...)o que fazia parte do currículo, porque na verdade a gente sabe que tem um embasamento teórico durante o curso, claro, isso aí, não se discute, porém, quando a gente vai à prática, é que as dúvidas vão surgindo, a necessidade de você estar buscando mais conhecimento, lendo, se aprofundando, que são coisas que, de acordo com a necessidade do dia a dia, é que a gente vai sentindo essa necessidade (P, 5).”

“(...) Não especificamente, na graduação a gente paga uma cadeira sobre a política de assistência social, mas é uma visão bem abrangente, bem geral, não é tão aprofundado, não é um aspecto tão, digamos, minucioso (P 6).”

Por outro lado, Sampaio, Guimarães, Carneiro e Filho (2012) destacam que o corpo coletivo de trabalho contempla a complexidade do conhecimento e isso impede do trabalhador possuir todo o conhecimento, mas em contraponto instrumentaliza-se enquanto equipe multiprofissional, no caso específico do assistente social e psicólogo, para encontrar saídas para os impasses no exercício da atividade de trabalho. Os saberes e habilidades adquiridas durante a formação profissional, embora ofereçam tecnologias disponíveis, não se mostram suficientes para os desafios postos no cotidiano de trabalho. Daí surge a necessidade contínua de construção de novos saberes e práticas pelos trabalhadores (as), mediante invenção e a incorporação de formas de lidar com as demandas inerentes ao trabalho.

É importante alocar nesse escrito que as trabalhadoras já concluíram seus cursos de graduação hão no mínimo oito anos e com isso as grades curriculares, projeto político pedagógico (PPP) dos cursos vão se moldando e se adequando conforme as necessidades dos campos de trabalho. Possivelmente os egressos das universidades, atualmente, já possuem algo mais concreto em relação a atuação nas políticas públicas com arcabouço teórico metodológico nas perspectivas do contexto social do país, sobretudo na ciência psicológica que sempre foi escanteada a psicologia social, “social”, dentro do movimento contraditório de sua própria história.

6.3 Trabalho Prescrito X Trabalho Real

Outra categoria que emergiu a partir do contato com o campo da pesquisa foram as questões inerentes ao trabalho prescrito e ao trabalho real desenvolvidos pelas trabalhadoras dos serviços socioassistenciais. Dentro da perspectiva ergonômica do Trabalho alguns autores

como Bedin, Fontes e Braatz (2019) trazem a tona a conceituação de como se daria a divisão o prescrito e o real no trabalho. A tarefa – O trabalho prescrito – é o que é solicitado ao trabalhador para dar conta no seu dia a dia de trabalho e a atividade – o trabalho real – é realmente o que o trabalhador executa em suas atividades laborais encontrando estratégias através da sua inteligência astuciosa como denomina Dejours para desempenhar suas atividades no trabalho.

A atividade de trabalho são estratégias executadas pelos trabalhadores (as) para se adaptarem a situação real de trabalho, isto é, o trabalho não visível (Dejours, 2011). A primordial diferença entre o prescrito e o real é a efetivação das contradições existentes no ato do trabalho: o que é pedido e o que a coisa pede. A tarefa é elemento primordial, pois abrange a estrutura física, os mobiliários, equipamentos procedimentos dentre outros elementos. Ela pode ser vista como uma maneira de regular o trabalho, corrigir más condutas, de diminuir o trabalho improdutivo e potencializar o produtivo definir o manejo do trabalho e a cronologia da execução (Bedin, Fontes & Braatz, 2019).

Neste sentido a atividade de trabalho – o trabalho real – demonstra um compromisso entre os objetivos da produção, suas características próprias e sua capacidade de atingir esses objetivos. A relutância pode sofrer impactos positivos, como habilidades e aquisição de novos conhecimentos, experiências e qualificações, por outra via podem acarretar repercussões negativas como alterações na saúde do trabalhador. Por conseguinte, se faz necessário expender as variabilidades da atividade de trabalho, uma vez que elas delineiam a forma como o trabalhador opera para atingir os resultados propostos (Bedin, Fontes & Braatz, 2019).

No que tange aos profissionais da proteção social básica (PSB) de acordo com Eugênio e Gonzaga (2019) Os profissionais desempenham um papel crucial na intervenção das manifestações da questão social, que se manifestam nas disparidades sociais resultantes das contradições inerentes à sociedade capitalista. Estas contradições exacerbam as condições de vida da população. A questão social é concebida e compreendida como um fenômeno sobre o qual o profissional atua, relacionando-se com todas as manifestações das desigualdades presentes na sociedade capitalista desenvolvida. Essas desigualdades têm uma origem comum: a produção está se tornando cada vez mais coletiva, o trabalho está se tornando socializado em maior escala, mas a apropriação de seus resultados permanece privada e monopolizada por uma parte da sociedade

No que se refere ao serviço público os autores (as) supracitados trazem uma discussão que coadunam com a temática dessa dissertação que é o setor de setor público onde os mesmos colocam que grande parte dos projetos de produção e do trabalho no setor de serviços foram

assentadas na importação dos mesmos padrões usados na produção industrial clássica, como a classificação dos processos e simplificação. E ao analisar a desconsideração das especificidades desse setor com as complicações das relações existentes no serviço público e a rotatividade do público atendido, nota-se a existência de incompatibilidades entre o prescrito e o real na materialização do trabalho, mesmo que os resultados obtidos na prestação de serviços pareçam positivos, como expressam nas falas a seguir.

“... Assim, agora, o que o assistente social tem que fazer, ele faz. Então a gente começa da acolhida, dentro do trabalho, com o nosso usuário, então nunca aquela acolhida a gente faz, eu mesmo procuro passar a mais leveza possível na hora de fazer essa acolhida, que não estou ali, pra questionar um usuário, ah isso aconteceu, ou que você fez isso ou por que você não fez aquilo. Não, daí a escuta, depois faço minhas anotações e dependendo dos casos aí faço os meus encaminhamentos, minhas referências para qualquer setor que seja necessário, e por aí, assim, a gente vai com esse trabalho de referência e contra referência, mas o principal ponto, a gente começa pela acolhida, entrevista, preenchimento de cadastro, questionário, seja o que for, visitas domiciliares, dependendo da demanda, também tem que ser feito na casa, e o acompanhamento familiar, que é o carro chefe do CRAS (...) A gente tenta fazer o melhor possível, seguindo, como se diz, a NOB mesmo, o caderno do CRAS... agente tenta, agora, a gente, ninguém é perfeito. Isso eu falo, escorreguei uma coisa alí, escorreguei outra aqui, uma família que as vezes até era pra entrar em acompanhamento e a gente pensa que não é, mas mais na frente a gente percebe, ou pode ter sido uma falha na hora da entrevista, na hora da acolhida, mas que depois de uma visita a gente percebe, então o trabalho começa novamente, mas a gente tenta sempre, e a gestão sempre nos dá apoio (P 1).”

“Enquanto técnica de referência, a gente precisa executar o PAIF, que é o serviço de proteção e atendimento da família. Então, tudo o que o PAIF vai provisionar, a gente precisa estar atuando, seja em questão de atendimento individual, atendimento coletivo, grupo, em visita dos domiciliares, concessão de benefícios eventuais, então, tudo que a assistência oferta, a gente, com o técnico do cras, a gente consegue dar os encaminhamentos, com relação a essa questão de suporte para os nossos atendimentos a gente consegue ter esse diálogo com a gestão. (...) Claro que a gente sente dificuldades em algumas questões, por que somos uma equipe mínima, aqui em xx só

tem um CRAS, então, a gente tem que atender o Município por completo.

Às vezes, claro que a gente sente que o serviço deixa a desejar, porque não consegue abranger o que deveria ser, até por próprios recursos humanos que tem na instituição não conseguem dar conta da demanda. A gente é uma demanda muito grande com relação, principalmente a concessão de benefícios eventuais (P 2).”

“Não, eu considero que a gente atua realmente de acordo com essas normativas. Existe uma sobrecarga, às vezes o município de xx, o município de Porte 2, mas apenas com um CRAS para todo o território, todo município de xx, então, acaba sendo insuficiente. As vezes em avaliações geral, que as vezes realizam reuniões de monitoramento e às vezes até da própria equipe um todo mais interna, que divido essas altas demandas, devido só ter um serviço no município, que é até uma luta também de pré-conferências e conferências de levar essa proposta de ser construído um novo CRAS no município de xx, mediante a demanda. Então, a gente divide essa alta demanda e às vezes a gente tem essa impressão de viver naquele urgente emergente. (...) um trabalho que a gente executa, que é um exemplo, que é o programa do leite, que é o programa de aquisição de alimentos. É um programa do Estado para as famílias, mas que os municípios executam o programa no sentido que é o que é entregue, o leite propriamente dito. E, ultimamente, o próprio Estado, a equipe do Estado, antes vinha até os municípios, cadastravam as famílias e essas famílias ficavam por um período recebendo, participando do programa, e numa nova atualização essa equipe do Estado voltava ao município e assim, sucessivamente. E hoje, acho que já está há uns 5 anos que o Estado não faz esse trabalho e é o município que faz. Então, demanda muito tempo fazendo o que não é nossa atribuição propriamente dita (P 6).”

Na fala da P 1, P 2 elas consegue fazer algumas considerações tanto em relação ao que já foi discutido em relação ao prescrito e ao real do trabalho que é a partir da reinvenção, da inteligência austiciosa do trabalhador que ele consegue sustentar o seu trabalho na fala da P 1 e encontra-se, também na P 2 e P 6, mas cabe destacar os apontamentos que Macedo e Fontenele (2022) expressão em seus estudos: a ausência da expansão dos serviços socioassistenciais, pois os Municípios ora pesquisados com porte populacional e suas desigualdades sociais atravessadas pelo desemprego e subemprego demandam dos serviços

socioassistenciais e muitas vezes não conseguem acesso, pois as equipes são mínimas e os equipamentos não dão conta de atender a população que necessita do serviço.

“O que tinha era na questão de sempre que a gente recebia, era solicitado da justiça, estudo social que era pedido, que não é atribuição nossa, que a gente fazia, mas, graças a Deus, não está mais chegando para a gente. Eu acredito que era a única que a gente fazia sem ser nossa função (P 3)”

“(...) sim, é como eu falei anteriormente, há um nível de compreensão, é como se você lê um texto com cinco pessoas, cada uma das cinco pode ter uma forma de compreensão diferente daquele texto. Então as informações, muitas vezes, não são claras. Elas deixam... Uma brecha. Uma brecha, elas são bem complexas e não há uma capacitação. Não há uma capacitação pra que a gente possa afunilar as ideias. Na verdade, é basicamente isso. Que a gente sabe que há mudanças periodicamente existem as mudanças, mas não existem as capacitações pra lhes assegurar. É acompanhar as mudanças, né? (...) E há uma confusão muito grande quando a gente inclui, faz a inserção dos trabalhos, do Creas, ligados à Rede, né? E o conselho do Tutelar. Muitas vezes ninguém sabe o que é a função de quem. E muitas vezes chega as demandas aqui, que a gente sabe que não são atribuições nossas (P 4).”

“Não, como eu falei, tem coisas que, tipo assim, deveriam partir daqui que às vezes já partem da secretaria, já partem de uma necessidade extrema, já dá o pontapé inicial lá, mas que no geral, não são divergências, são situações imediatas que muitas vezes precisam ser resolvidas, mas não acho que sejam divergentes (P 5).”

As falas das P 4 e P 5 corroboram com a tese de Dejours (2012) quando o mesmo elenca que o trabalho coletivo exige ainda mais uma inteligência inventiva individual e que o trabalho coletivo só é possível a partir da junção das inteligências singulares, que precisam se imbricarem em uma dinâmica comum (Dejours, 2012)

Por conseguinte, e para tentar evidenciar os fenômenos que ocorrem entre o trabalho prescrito e o trabalho real acrescenta-se no rol a variabilidade do trabalho no campo da ergonomia. Esta, a variabilidade, encontra-se relacionada a distância entre o prescrito e o realizado. As variabilidades permitem a explicação da determinação da tarefa para a realização do trabalho (Clot, 2007).

Como existem diferentes atividades de trabalho com seus mais variados objetivos, finalidades e funções, maneiras de execução, não seria diferente a existência, também, de diferentes níveis de variabilidades. Logo quanto mais se aproxima da tarefa - trabalho prescrito, mais sistematizada e controlada será a atividade – trabalho real e por conseguinte menor será sua variabilidade.

Nessa categoria analisada foi possível inferir que o trabalho real das trabalhadoras da política de assistência social do sertão da Paraíba percorre o que traz a literatura atual através de pesquisas bibliográficas, empíricas ou documental já mencionadas no escopo dessa escrita. Esboçando o trabalho prescrito pela legislação nacional, no caso o trabalho do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) materializado através da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOA-SUAS) perpassando pela fragilidade perceptível da gestão do trabalho dessas trabalhadoras bem como pelo trabalho que não é da ordem do prescricionário no coletivo de trabalho.

6.4 A Precarização no Trabalho

A precarização do trabalho não é um fenômeno recente e tem sido estudado por inúmeros autores e recentemente tem se intensificado através das contra reformas trabalhistas e previdenciárias instaladas no país, somando-se a essas a emenda constitucional n. 95 instaurada no ano de 2016 que congela os gastos públicos por vinte anos. Com isso somando a flexibilização, e as modalidades de trabalho os seus desdobramentos vem se resultando no que os autores denominam de precarização do trabalho.

De acordo com Druck (2011) existem cinco tipos de precarização expressos na contemporaneidade, quais sejam a forma de mercantilização da força de trabalho somada a informalidade e subcontratação e perda dos vínculos estáveis e ausências de direitos sociais e trabalhistas; a organização e condições de trabalho com dimensões de carga e ritmos no trabalho bem como metas a serem atingidas e jornada de trabalho; em relação a segurança no trabalho apresentada pela ausência de capacitação profissional, informações de risco, prevenções e saúde do trabalhador; Em relação ao reconhecimento permeia a construção da identidade atravessando a precarização dos vínculos, a intensificação das relações humanas e resulta como Dejours denomina de banalização da injustiça social; e as condições da representação sindical que deixa, de certa forma, fragilizada a condição política da classe trabalhadora, acirrando a competição entre os trabalhadores (as) das empresas.

Deste modo o sistema único de assistência social (SUAS) desde que a política de

assistência social se configurou como política de direito a partir da Constituição Federal (CF) vem tentando se consolidar e ocupar através do controle social, principalmente, das conferências magas em todas as instâncias deliberativas e participativas melhores condições de trabalho bem como expansão dos serviços e financiamento contínuos para que estes continuem ofertando suas atividades para a população mais vulnerável do país.

O trabalho no sistema único de assistência social se materializa através dessa pesquisa com uma divisão social e sexual do trabalho, como explicitado anteriormente. Mas há recortes nesse estudo que evidenciam a precarização do trabalho na assistência social como esboçam as trabalhadoras em suas falas. Embora não sem ancorem em todas as formas de precarização expressas por Druck (2011)

“As condições são boas, não vamos dizer que são perfeitas, falta, como em qualquer canto eu não vou dizer. (...) às vezes faltam, transporte, às vezes faltam benefícios, às vezes falta um material, mas assim, nada que a gente solicite, da coordenação, a coordenação, passa, passa, passa, etc. E aquele trâmite de hierarquia que em todo setor tem, mas que assim, é resolvido. (...) Não é que a pronta e a hora, por que também não é empresa privada, a gente sabe que tudo na prefeitura... tem licitação (...)quem quer fazer um trabalho bem feito, tudo através de licitação, então, tem que passar esses processos todo, então a gente tenta, no início do ano, já conversas com o coordenador (P 1).”

“É, enquanto profissional, eu creio que nessa questão de valorização profissional, a assistência aqui no município ainda não, a gente ainda não conseguiu um plano de carreira, a gente não tem uma segurança com relação a questões de estabilidade. Temos, somos concursados, mas o que o município oferta para o nível superior, não somente para o assistente social, mas para o psicólogo, ou outro profissional, aqui no plano do município é um salário mínimo. Aí o que a gente consegue, são as gratificações que consegue manter o profissional, principalmente a gente que é de fora, vem atuar aqui em xx. Mas não é uma questão que a gente também pode dizer que é uma garantia, porque a gratificação é uma coisa que a gestão pode dar e tirar no momento que quer. Então nessa questão, enquanto profissional, eu ainda sinto que falta essa questão da valorização, que é o que faz também que o profissional busque se aprimorar, busque procurar fazer uma especialização mestrado e sem ter essa contrapartida do município, a gente sempre tem dificuldade nesse processo, até

porque aqui o salário, ele faz com que a gente não possa buscar um aprimoramento, porque não dá a condição de, basicamente a gente trabalha para sobreviver, não tem assim essa contrapartida do município, até porque a gente não tem que, se tivesse um plano de carreira, poderia, né, esse plano de carreira nos apoiar nessa forma, quando quisesse afastar para poder fazer o mestrado. E aí, nesse quesito, eu acho que ainda falta, tem muito que avançar na gestão (P 2).

“Com relação, no meu caso, que eu fui através de concurso público, a gente já tem um pouco mais de estabilidade, longe um pouco distante da estabilidade almejada, porque a gente vive em uma luta do piso salarial, a gente tem realmente essa precarização do trabalho por questões salariais, o município de xx, infelizmente ainda não tem plano de carreira, a gente vive nessa luta também, lutando por essa estabilidade, mas é no geral que a política, no geral, digamos, até um nível nacional, é o que a política de assistência sofre. Toda aquela complexidade até da questão do financeiro, da própria política, do repasse dos recursos, toda essa desconstrução, teve um período até que o salário era... O salário mínimo, o básico, e nossa gratificação era através da... Do cofinanciamento federal. (...) Quando a gente chegou aqui, a gente tinha alguns benefícios, como deslocamento, porque como a maioria são de fora, e depois quando foi retirado algum desses benefícios, eu pensei assim, que no geral afeta o profissional (P 6).”

Nas falas das P 1, P 2 e P 6 é possível inferir que a precarização do trabalho se dá de acordo com Druck (2011) através das reconfigurações das formas de trabalho em relação ao assalariamento quando elas retomam a discussão que seus vencimentos são de apenas um salário mínimo acrescidos de gratificações que não se somam aos descontos previdenciários para posteriormente aposentaria. O que coaduna com as ideias de Antunes (2018) quando o mesmo faz um comparativo que em alguns países existem o precarizado legalizado e o não legalizado sendo o não legalizado aquele vínculo formalizado, porém se estruturando minimamente como um trabalho precário legal.

Outrossim, as trabalhadoras relatam em suas falas a inexistências de planos de progressão sejam em escalonamento vertical e/ou horizontal para o aprimoramento e qualificação profissional. Além de já terem perdido gratificações.

“Quando eu falo anteriormente com relação a deslocamento para realizar as visitas

domiciliares, falta carros, recursos, a gente hoje nem tem internet que presta a gente tem. A gente não tem internet na sala, às vezes a gente vai abrir um sistema, a gente não consegue abrir, não consegue alimentar, às vezes a gente está no meio alimentando o sistema de repente para, não consegue mais alimentar o sistema, principalmente com relação à internet (P 4).”

“O transporte se tivesse realmente todos os dias disponíveis, a gente teria mais oportunidades de estar mais perto daquelas famílias que a gente necessita, porém isso não é algo que aconteça por que alguém deixou de fazer por que não quis, é justamente pela necessidade de atender outras situações, muitas vezes que tem mais urgência naquele dia, alguém que está precisando de ir a um retorno, uma consulta, uma coisa que são atribuições da política de saúde, claro, mas naquele dia, uma demanda tão grande que não teve como aquele carro está disponível. Então, muitas vezes o carro é desviado, retirado do atendimento da assistência para socorrer uma necessidade imediata, e a gente sabe que não é por não querer, é a necessidade do dia a dia (P 5).”

No entendimento das P 4 e P 5 a precarização do trabalho já atravessa outro viés, são questões mais logísticas do trabalho como as condições necessários para o trabalho fluir. Como preconiza Closs e Scherer (2017) que a visita domiciliar faz parte de um procedimento instrumental técnico operativo e precisa ser apreendida em direta articulação com a categoria trabalho em todo processo de trabalho que envolvam relações humanas mediadas pela materialização do exercício profissional. Pois sem o transporte para locomoção até as famílias em acompanhamento não tem como operacionalizar seu trabalho. Embora, mencionar-se-á que as mesmas, por vezes utilizam-se de seus próprios transportes para realizarem as visitas domiciliares inerentes ao trabalho, tendo em vista não disporem naquele momento, o que não configuram como heroínas ou quaisquer adjetivos que denotem este, pois as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho são inerentes ao Estado suprir.

Ainda se faz necessário pontuar que uma das trabalhadoras acredita que trabalha em sala com ar condicionado, cadeira giratória, não faltando nada e tampouco acredita que seu trabalho se configure de maneira precária.

Em relação a precarização do trabalho após a emenda constitucional n.95 instaurada no ano de 2016 elencada a outras contrarreformas do Estado Brasileiros nota-se que há evidências significativas em relação ao desdobramento do trabalho da assistência social se tornar um trabalho considerado do ponto de vista precário.

O novo regime fiscal baliza os gastos a todos os entes federais que compõem o Orçamento Fiscal e a Seguridade Social Brasileira que possui alguma espécie de autonomia financeira ou administrativa, como também, todos os poderes da União. A cada ano é decidido um valor com base na despesa primária do ano anterior corrigido pela estimativa da variação da inflação, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e essa medida iniciou no ano de 2018. O congelamento está sendo por 20 anos independente do crescimento econômico, social e/ou desigualdades do país, além de desconsiderar o aumento populacional (Souza, Azevedo, Ventura & Andrade, 2018).

A emenda constitucional n. 95 muda a vinculação das despesas primárias de saúde e educação da receita, como rege a Constituição Federal (CF), isto é, a aplicabilidade mínima prevista por ela está sendo substituída pelo teto de gastos públicos. Como a assistência social ainda não possui uma aplicabilidade mínima, acarretou em perdas ainda mais significativas com a instauração da portaria n. 2.362 de 2019 que equaliza os fundos de assistência social e o repasse fundo a fundo se dará apenas se houver disponibilidade financeira.

Esses fatos ocasionaram ou se desdobraram ainda mais para o trabalho na assistência social ser configurado como um trabalho precarizado, como menciona as trabalhadoras entrevistadas nesse estudo.

“Os serviços da assistência social sempre sofreram de atrasos no repasse de recursos. Sempre foram serviços que trabalhou nessa perspectiva. Já passei um, dois, três meses sem receber. Aí sofreu toda a questão de congelamento dos cofinanciamentos. Então isso a gente vê que atrapalha e muito. O Cras foi instituído com um cofinanciamento, um cofinanciamento com começou fixo, e aos longos anos nada foi ajustado. A gente sabe que na perspectiva de donos de lares, a gente sabe que tudo aumenta (...) acaba tendo essa desconstrução (P 6).”

“Demais, assim, não especificamente só a minha, de um modo geral, a assistência social quase que parou, né? Quantos Municípios tiveram que parar, demitir, suspender ações, nós já não tivemos essa tristeza, graças a Deus o gestor assumiu e deu continuidade, mas foi um divisor de água, sem dúvida nenhuma, uma medida totalmente negativa, sem sombra de dúvida (P 5).”

“(...) aí foi o retrocesso da assistência social, ne? (...) Com certeza, por que os recursos foram diminuindo, automaticamente, deu sinais de que a gente tinha parado o serviço, também não contratar oficineiro, e assim, funcionou bem aqui aos trancos e barrancos

devido a boa vontade do gestor, ne? Eu acredito que foi com recursos próprios... (P 3).”

“ Na questão dos recursos, e eu creio que isso interfere diretamente na qualidade do serviço, por que a partir do momento que a gente, no passar dos anos, tem um recurso congelado, a gente não consegue avançar no sentido de ofertar a garantia do direito ao usuário, principalmente pela questão de ser tudo reduzido, da gente ter a questão de, até mesmo do material que a gente precisa utilizar nas ações, tem a questão dos benefícios, então cada vez mais, por questão dos cortes, a gente entende que isso faz com que o profissional tenha que selecionar ainda mais o público que vai ser ofertado aquele tipo de benefício, então essa questão realmente pesou muito, eu creio que já tenha avançado um pouco, com esse novo governo federal... (...) Por que basicamente o recurso que vinha tinha que manter o serviço aberto, pagar o profissional para que o serviço não feche, então para a questão de recursos para a oferta de serviços, a gente sentiu muita dificuldade, agora está um pouco mais, como eu posso dizer... mais regular (...) a gente sentia muita dificuldade nessa questão do recurso, por que era uma demanda que o público havia perdido seu trabalho, então muita gente procurou os cras com relação a benefício eventual (P 2).”

Consegue-se perceber nitidamente que o novo regime fiscal Brasileiro adotado pelo Presidente pós 2016 acarretou diretamente a vida dos trabalhadores (as) da assistência social, tanto nas questões relacionados aos recursos orçamentários financeiros, como se viu a maioria delas são pagas pelo cofinanciamento federal, mas também pela oferta de serviços prestadas ao público que demandavam dos serviços socioassistenciais. Para aprofundar ainda mais a crise estrutural, econômica, social e política veio a pandemia da covid 19 e isso demandou mais atendimentos dos serviços da assistência social, especificamente a proteção social básica, pois se configura como porta de entrada ao sistema. É através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que são providos os Benefícios Socioassistenciais, como o Benefício Eventual, e as demandas de cadastro do auxílio Brasil na época da pandemia que os usuários, também, recorriam a esse serviço.

Com relação a precarização do trabalho a pesquisa desvelou aspectos ligados as condições inerentes ao trabalho, não propriamente ao vínculo trabalhista, mas a ausência de cursos de capacitação para as trabalhadoras executarem suas atividades pautadas nas legislações vigentes no país, planos de cargos e carreira para progressão funcional, a gestão do

trabalho aproximar-se, planejar e executar junto a estas bem como uma demanda intensa de trabalho em decorrência do porte populacional das cidades pesquisadas e estas possuem apenas um serviço de proteção social básica.

6.5 Vivências de Prazer e Sofrimento no Trabalho

Nesta categoria analisar-se-á as questões relacionadas a saúde e adoecimento no trabalho a partir da ótica da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) de Dejours. Para isso se faz necessário contextualizar quais são os principais conceitos relacionados ao prazer e sofrimento no trabalho doravante a perceptiva Dejouriana.

A Psicodinâmica do Trabalho (PDT) estuda a saúde no âmbito do trabalho e investiga os sofrimentos e as estratégias de mediação usadas pelos trabalhadores (as) redefinir o trabalho e atravessar o sofrimento objetivando a transformação do ambiente de trabalho em um lugar de prazer (Augusto, Freitas & Mendes, 2014).

Partindo da ótica da saúde dos trabalhadores (as) o trabalho não é neutro. Nesse mesmo sentido o trabalho pode ser considerado como potência de vida, criatividade, engenhosidade e permite a mobilização subjetiva do trabalhador, para tanto depende de como a organização do trabalho esboçam suas disciplinas pode provocar adoecimento. Há, também, elementos externos que podem estar relacionados aos aspectos do trabalho e também podem provocar adoecimento (Dejours, 2004).

As relações de trabalho, as exigências dentro das organizações de trabalho causam riscos e sofrimentos aos trabalhadores (as) instigando diretamente na subjetividade. Esse processo foi agudizado pela intensidade das forças produtivas ligadas as flexibilidades do trabalho expressos através do ambiente físico, agentes biológicos, condições de higiene e associados a contextos históricos e de trabalho podem advir sofrimento para vida dos trabalhadores (as).

Nesse sentido analisaremos a fala das trabalhadoras ao descrever a despeito dessa categoria.

“(…) Olha eu acho que atinge na saúde, principalmente quando a gente leva pra casa, então essa questão de ansiedade, de querer estar tentando solucionar problemas, resolver problemas dentro da política da assistência, ver, e a gente vê que não é uma coisa que a gente trabalha assim, muitos casos são lentos, outros não, a gente tem que resolver, então até isso afeta. (...) porque a gente precisa estar bem para poder a gente exercer, porque se não tiver, a gente não é tudo trabalha aqui, não. Porque tem,

agora vai ter uma ansiedade, dá pânico de cada coisa, a gente não sabe o que vai encontrar, às vezes, uma comunidade, então a gente vai com aquela coisa com aquele receio essa aí é a casa de fulano, disse que é assim assado, isso já nos causa um medo, então isso, então interfere na saúde (P 1).”

“Querendo ou não, a gente sabe que a política de assistência social, é uma política que o público exige, é um público vulnerável, já é um público fragilizado. Então, interfere de certa forma na nossa saúde mental, ne? Que há situações que a pessoa ver que fica sem evolução (...) que a gente percebe que, enquanto profissional, as vezes se sente impotente, ou não consegue fazer como que aquela família saia daquela condição de vulnerabilidade (...) Apesar de ser na proteção básica, mas a gente trabalha com situações pesadas, ne? O que também afeta a nossa saúde mental (...) E isso, muitas vezes, faz com que a gente se sinta mesmo impotente, que a gente, em certos momentos, não saiba nem como atuar, que precisa do suporte de outro profissional, que precisa sentar em rede para poder discutir aquele caso, que a gente vê que não consegue sozinho dar conta daquela situação... fico um pouco angustiada (P 2).”

“Não uma doença, mas a gente fica muito angustiada em muitas situações que a gente tenta resolver, que a gente... Muitas visitas que a gente sai, que a gente sofre muito, que a realidade deles é o natural deles, mas para a gente é um sofrimento. De ver aquela realidade, a gente tenta mudar, dar condições à pessoa de mudar, mas as pessoas muitas vezes não abraçam, não fazem aquela realidade mudar. Então a gente se angústia muito nessa forma, nessa situação, de ver a pessoa não querer mudar de vida (...) é muito angustiante, é como se a gente nada, nada e morresse na praia. E isso de uma certa forma... Angustia a gente (P 3).”

“Como eu digo muito assim, que bom que a gente tem sofrimentos, porque se chegar um momento em que a gente vive uma situação de vulnerabilidade, de fragilidade, de uma família, e você não consiga sofrer junto com aquela família, aí a coisa está ficando preocupada, porque você está deixando o seu ser humano. Mesmo que você consiga resolver a situação, mesmo que você consiga saber que você foi agente de mudança, de melhorar a condição de vida daquela família, não tem como você não sofrer. Uma situação, por exemplo, de uma mulher que vivencia uma situação de violência doméstica, então assim você é frustrante quando você dá toda a orientação, todos os

encaminhamentos para aquela pessoa sair daquela condição, mas na hora da decisão ela não sabe, porque depende dela. Então não tem como a gente não sofrer (...) você não pode ser só técnico, você tem que ser humano. (P 5).”

“Assim, algo, ainda não conseguindo identificar que seja algum sofrimento que esteja como sobrecarga. Mas existe aquela, existe aquele caso que traz mais aquela sensibilidade para a gente realmente sofrer por conta da situação, porque realmente são situações bem extremas mesmo, e existem aquelas que realmente tocam, o nosso pessoal, que a gente costuma dizer que devemos separar o pessoal do profissional, mas é uma separação difícil de fazer. (...) Assim, como profissional, eu faço terapia, eu levo algumas situações do trabalho (...) a questão de trabalhar, mas existe aquelas, eu digo, costumo dizer, as vezes tem coisas pequenas, que são colocadas como prioridades na gestão, como as vezes até uma organização, por exemplo, uns cinco minutos, digamos, cinco minutos que você entrar atrasado, sair atrasado, se você tiver um trabalho bem executado, não faz tanta diferença (P 6).”

É perceptível na fala das trabalhadoras o quanto o trabalho na assistência social causa-lhes sofrimento em detrimento ao público atendido, as demandas não solucionadas de maneiras sólidas e rápidas bem como o sentimento de angústia e impotência diante do desempenho de suas atividades laborais.

Destarte a isso, a Psicodinâmica do Trabalho (PDT) ocupa o bojo central na construção da identidade do trabalhador e da trabalhadora, nas formas de socialização no trabalho e na autoestima bem como no sofrimento psíquico que os (as) trabalhadores (as) podem ser acarretados em decorrência do trabalho (Augusto, Freitas & Mendes, 2014).

Ainda se debruçando acerca da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) como objeto de análise do prazer e sofrimento das trabalhadoras dessa pesquisa Giongo e Sobrosa (2017) elenca que a saúde no campo do trabalho está atrelada ao potencial que cada trabalhador possui tanto ao que se refere a recursos internos quanto aos externos para transformação do sofrimento na busca incessante pelo prazer no trabalho. Tais elementos são possíveis de conseguir quando o trabalhador se utiliza de estratégias defensivas capazes de mobilizar tanto o “eu” quanto o coletivo de trabalho configurando-se numa relação mais gratificante com o trabalho, buscando a o reconhecimento, elemento primordial para a construção da identidade do trabalhador.

Foi possível observar, também, na fala de uma das trabalhadoras pesquisadas que o

trabalho, aparentemente, não gera qualquer tipo de sofrimento, o que possivelmente se encontra naturalizado e incorporado os processos de trabalho, bem como se repete a ausência de capacitações e a atuação nas questões atípicos do desenvolvimento humano que também se expressão através da política de assistência social. como segue na fala.

“Não vou resolver o problema do mundo. (...) Hoje eu vejo que essa falta de capacitação, o treinamento, os próximos, elas estão afetando muito principalmente no mundo que a gente está vivendo, que é um mundo que está se voltando mais para situações atípicas... Antes a gente não tinha essas problemáticas, ou tinha que estavam camufladas ou não estudados. (...) A gente chamava de burro, mandava para casa, quando dava trabalho, o pai recebia em casa e acabou. Hoje a gente sabe que a gente tem que fazer o processo de inclusão. E os técnicos não têm essa falta de treinamento (P 5).”

Já em relação diretamente ao adoecimento, algumas das trabalhadoras elencaram em suas falas que adoeceram em detrimento tanto do trabalho quanto em virtude da somatização com problemas de casa e o fenômeno da pandemia. Momento esse da entrevista, que aconteceram algumas emoções como choro remetendo lembranças de um passado/presente sombrio na vida dos trabalhadores (as). Como seguem as falas.

“Só somatizando com problemas de casa que eu falei para você, a gente sai pensando que veio assim... (...) A ansiedade, o tempo mais é isso que eu digo, antes eu já tinha além trabalho, por isso que eu faço terapias, essas coisas, porque a ansiedade é minha. Foi até problema fora de trabalho, não, até dele (Choro) (P 1).”

“Assim, já tive mas acho que foi próprio da pandemia, que já tive ansiedade grande. Por isso, foi também ocasionada pelo trabalho, por que a gente precisava vir trabalhar e aí tinha aquele medo da doença, mas sabia que precisava vir trabalhar. Então, eu tive sim, com relação a crise de ansiedade logo no início da pandemia (P 2).”

Nas subcategorias que fazem interlocução entre a realização no trabalho e a satisfação profissional foi possível inferir que embora o trabalho adoça, se desdobrem em angústias e sentimentos de denotem impotência em relação ao trabalho, também, foi possível observar através da pesquisa que as trabalhadoras sentem satisfação ao realizarem suas atividades de trabalho na política de assistência social, mais precisamente no Centro de Referência de

Assistência Social (CRAS) lócus desse estudo, demonstrado de modo a seguir por meio da fala das trabalhadoras.

“De certa forma, eu sinto realizada sim, dentro do possível, o que a gente tem que fazer com as condições que a gente tem, a gente tenta fazer. Enquanto técnica, sinto que faço a função que prevê as orientações do PAIF, assim, a gente consegue com as condições que tem. Claro que a gente queria poder oferecer um serviço de mais qualidade, realmente queria poder fazer aquele acompanhamento da forma que está prevista, mas que é impossível pela questão da própria demanda que a gente tem, que é uma demanda muito grande. Eu acredito assim que essa questão de profissional mesmo, de valorização, vai ser muito... (...) Porque a gente sempre está faltando algo, né? Que a gente poderia se especializar melhor, que a gente poderia se aprimorar mais, poderia compreender melhor o serviço de outra forma (P 2).”

“Muito, muito. Com todos esses entraves, com toda essa problemática, com toda essa desvalorização que nós temos, porque se fosse para a gente ir, não vou dizer que eu estou falando na política do todo, não estou nem falando de xx, especificamente onde eu estou trabalhando... (P 1).”

“Sim. Muito. É um trabalho que eu gosto de fazer. Gosto. De faço independente do salário que você sabe, porque o salário da gente não tem... nós não temos planos de cargos e carreira, não tem um... O salário da gente não compensa, mas a gente não leva em conta. Eu não levo em conta isso, as colegas também sentem a mesma coisa. A gente abraça a causa e trabalha independentemente (P 3).”

“Muito. Quero muito melhorar, quero muito aprender, quero muito ser melhor a cada dia. Mas amo o que eu faço, gosto demais de meu trabalho (P 5).”

“Eu me sinto realizada, o serviço social foi... eu terminei o ensino médio com falta de orientação sobre que curso. A gente tem os cursos sonhados da infância, toda criança sonha. (...) Então, minha mãe sofreu um problema de saúde, e ela passou por um processo, e ela teve um contato com a assistente social no hospital, e a partir daí... (...) meu esposo é empresário, ele fez muitas propostas para que eu deixasse a profissão e fosse trabalhar juntamente com ele nesse segmento empresarial. Mas eu realmente sinto essa realização de trabalho na minha profissão, porque senão eu também já teria

feito a opção, essa segunda opção. Mas eu me identifico com a profissão, na formação, já passei por esse processo de identificação (P 6).”

De acordo com Dejours (1986) o trabalho frente as adversidades colocadas pelas trabalhadoras podem ser também considerando fontes de prazer através de como o trabalhador atravessa a ressignificação do sofrimento no trabalho, se engajando no seu trabalho e reencantando o trabalho. O que parece perceptível nas falas arroladas anteriormente pelas trabalhadoras.

Embora a maioria tente se mobilizar subjetivamente com o seu trabalho uma das trabalhadoras não se mostra muito satisfeita tampouco tenta construir estratégias para reconfigurar e transformar seu trabalho como fonte de prazer, como segue na sua fala.

“É, aquela coisa, a gente procura adequar... Não é aquela coisa, nossa. Um sonho, né? O Trabalho dos sonhos (...) O sonho da gente seria ter um salário digno para a gente trabalhar só em local só. E dentro daquele você faz uma coisa só, porque eu acho que quando você faz uma coisa só, você se dedica mais e tem mais oportunidade de crescimento (P 4).”

Mesmo diante da categoria vivências de prazer e sofrimento no trabalho também foi possível inferir que as desvalorizações através da remuneração dos trabalhadores (as) está presente na fala das trabalhadoras, exemplificado na fala anterior. Embora Dejours (2004) explicita que o reconhecimento é o meio transformar o sofrimento no trabalho em prazer e satisfação.

6.6 Cooperação, Trabalho em Rede e Reconhecimento no Trabalho

Vários fatores interferem na execução das relações de trabalho gerando implicações condizentes ao sofrimento, adoecimento, prazer e reconhecimento no trabalho. Nos profissionais da assistência social, especificamente da proteção social básica – CRAS dos Municípios pesquisados, se observou o nível de complexidade de trabalho em torno da execução deste e em torno da imprevisibilidade e das variabilidades que podem acontecer no decorrer da execução do planejamento. Como surgem na fala das trabalhadoras a seguir.

“Então, aqui eu digo todo dia que as meninas, são até mais novas no CRAS, você está fazendo um serviço hoje aqui, você vai para e vai apagar um fogo aqui amanhã, porque surge uma coisa assim, bem repentina. Então, você tem que ter

estratégia. Você vai ali senta, uma equipe com a sua escala de trabalho, conversa, passa para a coordenação (...) aí surge de repente, se tiver um caso, achar um caso de uma família e isso e tal, a gente já para aquilo ali, já vai preparando um material, já vamos buscar recursos, vamos atrás de transporte, motorista, do CREAS, do Conselho Titular, dependendo do caso. Por isso que eu digo, para ai, se a gente vai numa sequência mais teórica, a gente tem que parar ali e começar outro trabalho, por que com outra demanda que aparece ... (...) Há imprevistos, que tem horas que... é sufocante, ne? (P 1).”

“Geralmente, como eu falei, como tudo é flexível, às vezes a gente faz um planejamento para uma ação, e aí no momento da ação, há alguma dificuldade com relação a não ter naquele momento o que a gente precisa ter para oferecer aquelas ações, e aí também entra a questão de recursos, como tudo é feito com relação à licitação, e só às vezes chega no momento em que a gente vai querer fazer aquela ação, aí pela falta, às vezes do benefício que não tem naquele momento, aí para essa licitação, às vezes a gente tem que deixar de fazer aquela atividade que foi planejada, e aí tem que tentar dinamizar de outra maneira.(...) Com relação a isso, às vezes a gente se sente um pouco impotente, porque é uma coisa que não depende do técnico, do profissional. A gente planeja, organiza, mas aí tem essa questão que é mais burocrática, que impede muitas vezes de ter o que a gente precisa para executar aquela ação naquele momento. Principalmente a gente sente muita dificuldade, principalmente na questão dos benefícios eventuais (...) (P2)”.

“(...)Muitas vezes não dá certo, a gente tem que ter todo um jogo de cintura... E fazer acontecer, né? Ou não acontece. (...) Acontece imprevistos na questão de carros, isso demais. A gente tem visitas agendadas, a gente tem várias visitas de carro próprio, de a dia a visita por falta de carro. A gente fica meio frustrada que a gente vê a demanda, vê a necessidade, e muitas vezes a gente vai no carro da gente, porque sabe da necessidade daquela família, então a gente vai por conta própria, no carro de uma, no carro de outra, faz a visita, para não deixar o trabalho. Em caso de emergências a gente faz (P, 3).”

É recorrente no discurso das trabalhadoras que seus trabalhos lidam com questões ligadas ao imprevisto e que muitas vezes o planejado tem que sair de cena para serem resolvidas

questões emergentes que chegam através da rede ou até mesmo por busca espontânea ao serviço.

Neste sentido a ergonomia da atividade vem se debruçando nesses estudos e considera a dimensão coletiva como fator preponderante para o desenvolvimento da cooperação no trabalho em suas diversas expressões. Os Imprevistos são fortes reveladores de atividades desenvolvidas pelo coletivo de trabalho (Araújo, Siqueira, Vasconcelos, Figueiredo, Máximo, & Félix, 2018)

Quanto as relações de trabalho com os pares e com a coordenação foram possíveis observar que apenas das adversidades e o público atendido pelos serviços e as condições do processo, as trabalhadoras se sentem bem no seu ambiente de trabalho, conforme falas esboçadas a seguir:

“(...) tranquilo, mas isso a gente diz até para a gente, acho que a gente se enganar e ficar bem para trabalhar bem, mas quem trabalha na assistência social dizer que é tranquilo.... (...), você sabe qual é o público que nos procura, quem são nossos usuários, como é que a gente lida com esse povo? Então, não vem aqui, ninguém para chegar e dizer, oi, bom dia, minha vida está bem, a gente tem uma demanda, que a gente escuta, a gente receba aquele usuário, quando faz o acolhimento, que faz a escuta, você fica assim, meu Deus, por onde eu vou começar? Porque são tantos casos, são tantas vulnerabilidades, são tantas ocorrências dentro daquela família (P 1).”

“(...)Graças a Deus, a minha é boa. Com o programa criança feliz, o serviços, os técnicos, a gente se dá super bem, principalmente com a colega assistente social. A gente troca dias, uma não pode vir, existe harmonia e uma sintonia muito boa (P 3).”

“(...)a gente consegue se manter muito unido, assim, divergências têm, pensamentos diferentes, mas nada que torne um ambiente desarmonioso (P5).”

Já em relação ao trabalho com a rede de serviços, entende-se como rede socioassistencial os serviços e profissionais que executam suas atividades nos serviços da Política de Assistência Social em quaisquer nível de Proteção Social, e rede intersetorial os profissionais que compõem os demais serviços das políticas públicas como saúde, educação, Sistema Nacional de Emprego (SINE), Cultura, Esporte e lazer além de outros equipamentos inseridos no território, o processo de trabalho também parece se configurar de maneira harmoniosa, conforme fala das trabalhadoras

No entanto se faz necessário explicitar que a rede pode se constituir como uma

importante estratégia metodológica para a realização do trabalho social com famílias. Tem o objetivo primordial de fomentar a inclusão, logo a rede está ligada ao coletivo seja de trabalho, comunitário e familiar. Esse coletivo precisa funcionar, comunica-se entre si para que os processos sejam de trabalho, familiares ou comunitários fluam e tenham seus desdobramentos. (Kern, 2015). O que não acontece nos Municípios pesquisados, a relação com a rede é harmoniosa, porém os fluxos de trabalho não acontecem de maneira que os acompanhamentos sejam executados, referenciados e contra referenciados de maneira exitosa.

“(…) É algo que a gestão... Ela tenta pontuar essa questão dessa rede, mas é algo que a gente sabe... No geral, a rede é bem fragilizada, né? Com relação a essa articulação. É algo que a gestão sempre procura incluir, né? Essa rede, né? Participação em fóruns, de conferências, reunião de rede, discussão de casos que a gente costuma fazer, mas ainda apresenta muita falha nas contrarreferências, nas demandas que são referenciadas a outros serviços, ainda existem, infelizmente, essas falhas (P 6).”

“(…)quando tem um caso a gente tem encaminhamento para saúde ou para a educação, a gente tem como estar vendo isso, a gente não vê muito resultado em alguns aspectos. Na saúde a gente vê, não é bem que não, como é que eu posso dizer, que não exista, existe, mas tem um certo entrave. Eu acho que deveria existir mais união e uma coisa mais resolutiva, mais rápida, mais ações, mas de uma certa forma acontece, em campanhas, acontece, entendeu? A rede funciona, poderia ser melhor, mas funciona (P 3).”

“(…) nós temos uma relação boa. Acho que nós ainda estamos deixando muito a desejar no sentido de estarmos nos encontrando mais, partilhando mais as condutas, as informações, os problemas, mas a rede é formada por pessoas que têm muito só um objetivo de executar realmente. Falta muito na rede, nós enquanto a rede estamos deixando muito a desejar, nesse sentido, de estarmos mais próximos, nos reunindo mais, discutindo mais, mas nada que não possa ser feito, né? (P 5).”

Partindo das ideias de Santos e Máximo (2021) em suas pesquisas a respeito da cooperação no trabalho em ambientes hospitalares é possível realizar uma interlocução partindo do pressuposto do trabalho em coletivo no contexto da política pública de assistência social pois esta é atravessada por algumas exigências, tais como lidar com as mais diversas vulnerabilidades e/ou riscos sociais expressadas através das desigualdades sociais, como já foi

mencionadas nas falas das trabalhadoras, na ausência de renda e de alimentação básica, da violência contra criança, adolescente, mulheres, idosos, no campo do trabalho precarizado através das suas condições para o seu desenvolvimento, o transporte para desenvolver as visitas domiciliares, haja vista que é um instrumento técnico de trabalho da política de assistência social além dos baixos salários que geram sofrimento nas trabalhadoras desse estudo.

Na entrevista semi estruturada, também, houve abertura para que as trabalhadoras esboçassem a respeito da gestão da coordenação do serviço, como esse coletivo se construía a partir do órgão gestor do serviço de proteção social básica, segue falas a seguir.

“ (...) Ela na coordenação há um pouco de tempo, acho que é um pouco mais de um ano, ela está na coordenação, mas ela já era uma profissional que trabalhava na assistência, ela era supervisora do criança feliz, então ela já entendia um pouco da política de assistência, então quando ela veio assumir a função de coordenadora, ela já tinha esse olhar, a visão e também ela buscou se aprimorar, a gestão também levou ela para muitas capacitações, então hoje a gente sente que ela consegue entender a dinâmica do trabalho, ela consegue entender como funciona, quando a gente precisa estar enfrentando dificuldades em alguma questão, em alguma demanda e a gente senta com ela e ver quais são as possibilidades, o que a gente pode estar buscando, e a gente sente que ela compreende o nosso trabalho (...) então eu acredito que essa coordenação que está no momento, ela consegue nos auxiliar para que a gente consiga atingir os objetivos que a gente pretende (P 1).”

“Eu só sinto essa dificuldade de estar chegando, de estar sendo passado pelos técnicos, de sentar, de ter um planejamento com a gente, de o que é passado, chegado até a coordenação de discutir com os técnicos, também, só vejo as ações acontecendo na secretaria e coordenação e não passam pelos técnicos, entendeu? Às vezes eu sinto meio... assim, eu fico até mal em algumas situações, porque, poxa, nós técnicos, éramos para a gente ser o pivô central dessas ações, a gente fica até mal, assim, quando a gente fica sabendo, fica até mal, até que não tenho que estar sabendo disso, entendeu?”

É dentro desse contexto da cooperação, da organização coletiva do trabalho, que Araújo, Siqueira, Vasconcelos, Figueiredo, Máximo e Félix (2018) trazem a discussão de que vários recursos favorecem o trabalho coletivo, a exemplo da sincronização operatória, noção que remete a coordenação entre os operadores da atividade coletiva e que materializa na divisão

de suas tarefas e na sua organização em relação em tempo. Essa coordenação não é predeterminada pela organização do trabalho, mas construída em uma dimensão dialógica comunicacional, o que não acontece em uma das falas das entrevistadas nesse estudo.

Nesse contexto, ainda vale ressaltar a contribuição dos autores (as) citados (as) anteriormente, que uma das funções primordiais executadas pelo coletivo de trabalho é a comunicação no seio grupal com a finalidade de coordenar as atividades para a realização das tarefas, requerendo de seus membros a elaboração de uma representatividade comum dessas. Por conseguinte, os sujeitos para desempenhar suas tarefas no coletivo devem ser capazes de desempenhar suas tarefas dentro dos contextos da imprevisibilidade que o mundo do trabalho oferta, o que acontece no campo pesquisado nesta categoria, e ao mesmo tempo criar uma representação da situação atual a qual se confrontarem, apropriando-se dela para sincronizar as atividades no coletivo.

No que concerne a última subcategoria, reconhecimento no trabalho, Bendassolli (2012) destaca que o reconhecimento perpassa por um processo intersubjetivo com marcações progressivas de identidade, divisões e cada vez mais complexas as maneiras de sociabilidade, indo da gênese do indivíduo – a família ao Estado. O processo de reconhecimento faz intercessão entre o particular (o eu) e o universo (campo da ética), articulando, assim, a reflexividade com a alteridade no ambiente das estruturas normativas da sociedade.

O Reconhecimento, partindo do fenômeno da família permeia e vivencia um sentimento indiferenciado do amor, pelo qual cada um tem o outro e como ele mesmo. Já concernente ao âmbito laboral é representado por uma interação primariamente dependente do reconhecimento, pois é atravessado pelo desempenho das atividades dos outros, tomando como base as relações entre a consciência e as coisas, pela primeira, entre as ferramentas e a natureza pelo segundo. Já em relação ao Estado se dá de maneira ética, quando há o movimento de singularização da consciência relacional mediada pela sociedade civil e pelo Estado.

Dejours (2008) destaca duas maneiras de reconhecimento, sendo a primeira baseada no reconhecimento de utilidade e o segundo balizado em questões relacionadas a beleza. Sendo, consecutivamente, o primeiro ligado aos superiores do coletivo de trabalho e o segundo emerge aos pares, o que ver-se-á na fala das trabalhadoras desse estudo.

Nesse sentido, algumas trabalhadoras elencam suas falas do reconhecimento no trabalho tanto no âmbito entre seus pares quanto no âmbito do Estado - organização do Trabalho - no caso específico delas os Municípios onde as mesmas desenvolvem suas

atividades laborais, conforme falas adscritas (Bendassolli, 2012).

“(...) Eu acho, eu não sei. Pelos meus pare, acho que sim. Mas eu acho que somos. Até se não, a gente não estaria conquistando o que a gente tinha perdido e aos poucos a gente está conquistando novamente, né? Eu acho que isso é um reconhecimento, é uma valorização. Poderia ser mais, mas a gente vai se moldando (P 1).”

“Então, nesses momentos que a gente encontra esses entraves, eu sinto dificuldade, eu sei que o serviço não é feito como deveria. E quais os momentos que você sente realizada, é conhecida? Sim, então. É. Como eu já falei, é realmente quando a gente vê o que a gente está fazendo ali, o serviço que a gente está executando, que é aquela condição, aquela família saída, aquela condição, né? Isso é um dos momentos que a gente vê que o nosso serviço está surtindo efeito, né? (...) Aqui eu gosto de atuar no cras, eu gosto de atuar na proteção básica, então eu me sinto bem, foi o meu primeiro campo de trabalho, que eu já me formei passei no concurso e já vi para cá. Então foi a minha primeira experiência (...) se não fosse essa questão de valorização mesmo profissional, era um serviço que eu não queria sair, que eu me sinto bem e sinto que eu consigo fazer com que, de certa forma, acham a mudança de vida na vida daquele usuário que a gente atende, nem que seja minimamente a passos lentos, mas a gente consegue visualizar de certa forma a mudança de vida. (P 2).”

“Você será reconhecida pelo seu trabalho? Não, financeiramente. E às vezes, até como isso, que a gente não fica em pauta, de uma certa forma, a gente não sente com a devida importância, né? Ela, a gestora, já vem resolvendo algumas questões, lutando pela gente, entendeu? Junto com o gestor, ele reconhece, mas também a gente reconhece que o governo federal não ajuda e que o municipal vem olhando para assistência com um olhar diferenciado. A verdade seja dita, né? (P 3).”

“Você sente realizada no trabalho? Muito. Quero muito melhorar, quero muito aprender, quero muito ser melhor a cada dia. Mas amo o que eu faço, gosto demais de meu trabalho. (P 5).”

“(...) É porque a gente consegue identificar um pouquinho, porque como a gestão é nova, pronto, é uma gestão nova, e a gente já vem de uma gestão anterior, aí às vezes fica aqueles resquícios, aquela ligação de que é uma gestão, que a gente fazia parte da

gestão anterior. Aí às vezes eu vejo um pouquinho de alguns vieses, dessa associação, não sei, uma gestão, de não às vezes enfatizar os outros serviços sendo enfatizados, e o cras de não. (...) Eu vejo que às vezes há um pouco de ênfase, na maioria das vezes há ênfase dos outros serviços que sempre a gente também executa no mesmo nível, e às vezes não é colocado (P 6).”

Por conseguinte, ainda se faz necessário dar aspectos para o aprimoramento da fala de uma das trabalhadoras que esboça que há divergências salariais para profissionais atuantes nas políticas públicas de saúde, educação e até mesmo disparidade salariais para colegas que desempenham as mesmas funções dentro da assistência social, o que configura como um cenário tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo de trabalho lidar com essas questões inerentes as divergentes formas de reconhecimento, onde segue sua fala.

“Essas questões de valorização profissional e até a disparidade salarial que a gente vê no próprio município, porque a nossa política, ela é o assistente social do SUS, ele recebe um salário bem inferior aos profissionais que estão em outras políticas. Então, assim, não tem essa questão da equidade, dentro da própria política de assistência, a gente percebe que não há equidade até mesmo para os próprios trabalhadores (as), com relação a essa valorização que a gente não tem (P 2).”

Para tanto o reconhecimento dentro desse aparato científico o reconhecimento no mundo do trabalho é um reflexo construtivo e autêntico, personalizada e ética, podendo apresentar-se de maneira formal ou informal, público ou privado, financeira ou simbolicamente cotidiana ou habitual. O reconhecimento se configura a despeito de uma contribuição do trabalhador em termos de respostas e investimentos pessoais. É genuinamente fundado na crença de que a pessoa pode ser reconhecida como um ser único, livre, igual e merecedor de respeito. Para tanto, o reconhecimento, nesse contexto, deve ser adaptado as práticas da gestão e à cultura da organização (Bendassoli, 2012).

De acordo com Bendassoli (2012, p.39)

“A base normativa do reconhecimento deriva do fato de que as antigas formas de pertencimento comunitário, baseadas no status e na honra, desintegram-se num novo sistema jurídico que regulariza, de um lado, a universalidade dos direitos individuais, e de outro, uma esfera de mérito em que o indivíduo conquista seu reconhecimento por meio de seu desempenho, especialmente

no trabalho (Honneth, 2008). É esta segunda esfera que dramatiza a luta por reconhecimento, pois o que está aqui no jogo é a possibilidade de o sujeito ser excluído pelo outro, o que coloca em risco sua autoestima e identidade. Destarte, tal luta não se refere apenas às questões de redistribuição material.

Diante das exposições das falas das trabalhadoras e diante das explicitações sobre o reconhecimento no trabalho exposto por Bendassolli (2012) é notório identificar através da teoria com a prática vivenciada pelas trabalhadoras tanto pelo que o autor expõe sobre o reconhecimento partir do eu, do coletivo de trabalho e do estado. No instante em que as mesmas esboçam que o reconhecimento se dá através do desenvolvimento do trabalho com êxito, o eu e o coletivo de trabalho, já no tocante ao Estado ficam lacunas de algumas questões referentes a própria gestão do trabalho como baixos salários.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver essa pesquisa empírica, desde sua gênese, foi um tanto quanto desafiador do ponto de vista do objeto pois iria se desvelar algumas lacunas onde o pesquisador estaria inserido na condição de trabalhador e outro duelo seria a análise dos dados na perspectiva Dejouriana, universo ao qual adentrei e debrucei no decorrer da pós graduação – Mestrado.

A pesquisa bibliográfica em periódicos eletrônicos fez sentir o quanto a literatura tem poucos estudos na área da saúde dos (as) trabalhadores (as) da política de assistência social com uma interlocução para questões inerentes ao coletivo de trabalho e ademais, quase, inédita no interior de um Estado Brasileiro localizado na região Nordeste do Brasil. O que aparenta contraditório o que apontam as pesquisas, os jornais que essa região e os interiores são maiores demandantes da política pública de assistência social.

Tal bibliografia faz menções ao mundo contemporâneo do trabalho, suas contradições e o fenômeno do trabalho precarizado como desdobramento da flexibilização do trabalho e das contrarreformas trabalhistas e previdenciárias que influenciaram muito no mundo do trabalho. O trabalho precarizado não se caracteriza apenas pelo vínculo precário ou condições de executar os trabalhos, entretanto há autores como Antunes (2018) que discute as relações entre trabalho precarizado legal e ilegal.

No escopo da literatura foi possível desvelar como se deu os caminhos da assistência social em âmbito Brasileiro desde as damas de caridade, filantropia até a Constituição Federal (CF) promulgada em 1988 que elevou a assistência social além da saúde e da previdência a compor o tripé da Seguridade Social Brasileira. Desde então vários movimentos foram percorridos como a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, o Programa Bolsa Família o benefício de prestação continuada (BPC), o sistema único de assistência social (SUAS) e como marco histórico, assim como o SUAS, o plano nacional de assistência social (PNAS) que instrumentalizaram a política de assistência social no Brasil. Além da Tipificação dos serviços socioassistenciais, e Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) e Norma Operacional Básica Recursos Humanos (NOB – RH/SUAS).

Destarte a isso e as expansões dos serviços socioassistenciais acontece o golpe parlamentar no ano de 2016 e o governo em exercício implanta um novo regime fiscal através da emenda constitucional n.29 que muda todo o cenário não apenas da assistência, mas de outras políticas como a saúde e previdência. Esse contexto fez com que os serviços não tivessem seus recursos garantidos de maneira contínua e sem repasse regular.

Já adentrar no universo empírico, do contato com o campo da pesquisa fez despertar a necessidade do quanto a formação profissional, a formação continuada dos trabalhadores (as) precisão está na pauta dos gestores (as) para que seus trabalhadores (as) desempenhem suas atividades de acordo com as condutas vigentes nas legislações atuais. Fez perceber a quão grande lacuna/abismo há entre o prescrito do trabalho e o que os trabalhadores (as) conseguem através das suas reinvenções reconfigurar e reencantar seus trabalhos.

Introduzir-se no campo, também, fez com que ficasse claro a divisão social e sexual do trabalho, são em sua grande maioria mulheres, no caso específico desse estudo, todas são mulheres, tem marcadores de raça três delas são consideradas pardas e negras e ganham entre um e dois salários mínimos. Realidade dos (as) trabalhadores (as) do sistema único de assistência social (SUAS) no Brasil que, não há muito tempo, essa política pública reconhecida como política de Estado através da Constituição Federal (CF) vinha sendo ameaçada veementemente por meio do governo neoliberal que governou o país nos últimos quatro anos.

Foi possível através desse estudo perceber que a formação profissional em psicologia e em serviço social no Brasil são atravessadas pela forte influência da Igreja Católica e que embora tenham perpassado décadas de suas consolidações enquanto profissão no Brasil os cursos de graduação ofertados pelas Universidades ainda não preparam seus alunos, de certa forma, para atuarem nas políticas públicas de uma maneira crítica cumprindo o papel social das profissões.

Debruçar-se no campo empírico me fez conhecer o trabalho real das trabalhadoras dentro de seus contextos laborais, das divergências entre o que dizem as normativas e o que as mesmas desempenham para fluírem nos seus coletivos de trabalho. Bem como questões relacionadas ao reconhecimento tanto dos pares quanto por parte da hierarquia maior de seus trabalhos. Observou-se, também, que o reconhecimento parte da desvalorização profissional e da desigualdade salarial no ambiente de trabalho, sem perspectivas de crescimento/carreira profissional no trabalho o que vai desdobrar na precarização do trabalho.

A precarização do trabalho nessa dissertação se fez presente tanto em questões relacionadas a baixos salários quanto a tópicos concernentes ao processo de trabalho. Como a logística, meios de como materializar seus trabalhos no âmbito da proteção social bem como a ausência de formações continuadas para as trabalhadoras atuarem de maneira qualificada nos serviços que as mesmas ofertam.

Já em relação ao prazer o sofrimento no trabalho foi observado no decorrer da pesquisa que o trabalho na assistência social é gerado em um contexto adverso, com diversas expressões da questão social Brasileira como a fome, o desemprego, os mais variados tipos de violência

contra aos mais variados públicos e que por sí só já geraria sinais de sofrimento e apreensão ao desenvolver o trabalho.

No que concerne, ainda, ao sofrimento e adoecimento as trabalhadoras relataram durante o estudo o sofrimento e algumas delas terem desenvolvido transtorno ansioso devido a carga no trabalho, muita demanda, e no ano de 2020 a pandemia agudizou ainda mais esse processo de adoecimento, algumas fazem tratamento com Psicoterapia e administração de medicamentos.

Além do mais o agravante da precarização, e o advento do sofrimento/adoecimento no trabalho as trabalhadoras conseguem reconfigurar suas maneiras de desempenhar suas atividades de trabalho e embora todas essas contrariedades conseguem sentir satisfação e gostam de desempenhar suas atividades na política de assistência social.

Para tanto espera-se que os resultados dessa dissertação possam contribuir para o aprofundamento do debate a respeito dos desafios do trabalho do sistema único de assistência social, o monitoramento e avaliação do processo da gestão do trabalho não apenas dos Municípios envolvidos, mas a todos os entes federados. O estudo fomenta-se no objetivo de propiciar novos embates e discussões acerca da temática perpassando, principalmente, questões inerentes ao desenvolvimento regional através de outras estratégias, coleta de dados, análise de dados, embasamentos teóricos bem como outros níveis de proteção social.

Por fim, registrar o compromisso na devolução da melhor maneira possível desse estudo as trabalhadoras e a gestão desses Municípios através da confecção de material e/ou relatório da pesquisa, apresentação de seminários ou de qualquer outra natureza para devolução dos resultados decorrentes pelos interessados. A pesquisa tem sua relevância social para os trabalhadores (as) do sistema único de assistência social (SUAS) pois contribuiu no intuito de estudar trabalho real das trabalhadoras desse sistema.

REFERÊNCIAS

- Andrade, P. M., Pereira, L. L. (2019). A (in) visibilidade de gênero e Raça na Assistência Social: estudos de casos nos Centros de Referência de Assistência Social. *O social em questão* 57 – 80. Recuperado em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_3.pdf
- Antunes, R. (2018). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, A. J. S., Siqueira, A. B., Vasconcelos, A. C., Figueiredo, M. F., Máximo, T.A., Félix, Y.M. Cooperação, confiabilidade e segurança no trabalho. (2018). *Fractal: Revista em Psicologia*, 30(2), 78-85. Doi <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5878>
- Augusto, M. M., Freitas, L. G., Mendes. A. M. (2014). *Psicologia em Revista*, 20(1), 34-55. Doi: 10.5752/P.1678-9523.2014v20n1p34
- Bardin, Laurence. (2016). Análise de Conteúdo. São Paulo: Casa de Ideias.
- Barros, J.O. (2016). “A centralidade do trabalho para a construção da saúde”. *Terapia Ocupacional Univ São Paulo*; 27 (2): 228 - 35.
- Brandolt. C.R., Lima. F.C., Motta. R.F., Santos. S.S (2020). Condições de trabalho de psicólogas (os) resultantes do processo de terceirização na assistência social. *Psicologia & Sociedade*, (33), 1 – 15. Recuperado em: Scielo - brasil - condições de trabalho de psicólogas(os) resultantes do processo de terceirização na assistência social condições de trabalho de psicólogas(os) resultantes do processo de terceirização na assistência social
- Braga. F.J.L. Cordeiro. M.P., Ribeiro. M. A. (2021). Relação entre servidores/as contratados/as e concursados/as em serviços de assistência social: impactos sobre o trabalho. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14 (2): 1 – 24. Recuperado em: Relação entre servidores/as contratados/as e concursados/as em serviços da assistência social: impactos sobre o trabalho (bvsalud.org)
- Bedin, E. P., Fontes, A. R. M., Braatz, D. (2019). *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 22(2), 232-249. Doi: 10.7819/rbgn.v22i2.4055

- Behring, E., Boschetti, I. (2006). *Política Social: fundamentos e história*. (Biblioteca Básica do Serviço Social; (v2) São Paulo: Cortez.
- Bendassolli, P. F. (2012) Reconhecimento no Trabalho: Perspectivas e Questões Contemporâneas. *Psicologia em Estudo*, 17(1), 37-46. Recuperado em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yPXV5GCcFNTfX7sMRNTMBXh/?format=pdf&lang=pt>
- Bezerra, I. C. (2014). *Particularidades do Trabalho Feminino*. 141f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2014.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília, 2004.
- Brasil. Lei 10.835, de 8 de janeiro de 2004. Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências. *Diário Oficial da União* de 09.01.2004. Brasília – DF.
- Brasil. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília DF.
- Brasil. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. NOB-RH/SUAS. Brasília DF.
- Brasil. Portaria 2.362, de 20 de dezembro de 2019. Estabelece procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social decorrentes do monitoramento da execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social para promover a 12 equalização do cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Brasília DF.
- Brito, J. Saúde: uma relação com o meio e os modos de vida, *Laboreal [Online]*, Volume 13, n.1 | 2017. URL: <http://journals.openedition.org/laboreal/2018>
- Cavalcante, D. M., Santos, A. K. S., Almeida, B. L. F. (2021) Crise do Capital, ofensiva neoliberal intensificação da questão social do Brasil. *Trabalho Alienado, Destruição da Natureza e Crise de Hegemônia* In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas. Recuperado em:

https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_291_29160ff4875ed7ed.pdf

- Canguilhem, G. (2005). A saúde: conceito vulgar e questão filosófica. In: Escritos sobre a Medicina (p. 35-48). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Ceolin, G. F. (2014) Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no serviço social. *Serviço Social e Sociedade*, 118, 239-264. Doi <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000200003>
- Clot, Y. (2007). Trabalho e sentido do trabalho. In P. Falzon. *Ergonomia* (pp. 265-280). São Paulo: Edgar Blucher
- Cordeiro. M.P. (2018). A psicologia no SUAS: uma revisão da literatura, *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70 (3), 166 – 183. Recuperado em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-672018000300012
- Cordeiro. M.P., Curado, J.C. (2017). Psicologia na Assistência Social: Um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29, 1 – 11 Doi <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>
- Cordeiro. M.P., Spink. M.J.P. (2018). Apontamentos sobre a história da psicologia social no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(4), 1068-1086. Recuperado em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v18nspe/v18nspea03.pdf>
- Cisne, M. (2004) Serviço Social: Uma profissão mulheres para mulheres? 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2004.
- Cfess, Conselho Federal de Serviço Social. (2017) Por que dizer não ao Programa Criança Feliz. Brasília: CFESS - Nota pública. Recuperado em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1347#:~:text=Entre%20as%20cr%C3%ADticas%20apontadas%20pelo,Cultura%2C%20Direitos%20Humanos%2C%20Direitos%20>
- Closs, T. T., Scherer, G. A. (2017) Visita domiciliar no trabalho do assistente social:

- reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios éticos políticos na atualidade. *Revista Libertas*, 17(2), 41-60. Recuperado em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18528/9684>
- Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, 14, (54), 7-11, abr./jun. Recuperado em:
<https://pt.scribd.com/doc/61279749/dejours-1986-por-um-novo-conceito-desau>
- Dejours, C. (2004a). Addendum: da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. In. S. Lancman e L. Szelwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 48-111). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Dejours, C. (2004b). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34.
- Dejours, C. (2006). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV.
- Dejours, C. (2008). Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: Lancman, S., Szelwar, L. I. (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011). Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? *Revista Caderno CRH – (UFBA) Salvador*, v. 24, n. spe 01, p. 37-57. Edufba.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo
- Druck, G.A (2011). Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? *Revista Caderno CRH – (UFBA) Salvador*, v. 24, n. spe 01, p. 37-57. Edufba.
- Eugênio, A. V. S. Gonzaga, M. L. S. (2019). A atuação do assistente social no centro de referência de assistência social (CRAS). *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v.13(44), p. 962-977.
- Falzon, P. (2007). Natureza, objetivos e conhecimentos da ergonomia. In Falzon. (Org) P. *Ergonomia*. São Paulo, Editora Blucher.
- Franco, T.; Druck, G.; Seligmann-Silva, E. (2010) As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.35, n. 122, p. 229-248.

- Figueiredo, R. B. Cruz, F. M. L. (2017). Psicologia: Profissão feminina? A visão dos estudantes de Psicologia. *Estudos Feministas* (25)2 803 – 828. Recuperado em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/9kBC9cLnfsfxKW3xNwtVtTd/?lang=pt>
- Forte, C. (2000). O mundo do trabalho e suas transformações. *Pensamento & Realidade*, 7(1), 3-18. Recuperado em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8553/6353>
- Gil, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008.
- Giongo, C. R., Monteiro, J. K., Sobrosa, M. R. (2017). *Psicologia & Sociedade*, 29, 1-11. Doi: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i147648>
- Glória, A. C. M. (2011). O CRAS como modelo territorial de gestão social: proposta de um sistema de avaliação e monitoramento. 100f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2011.
- Heloani, R. Lancman, S. (2004). Psicodinâmica do Trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Revista Produção*, v.14(3), p. 77-86.
- Kern, F. A. (2015) A rede como estratégia metodológica de operacionalização do SUAS. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Recuperado em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_169_2.pdf
- Lakatos, E.M., Marconi, M.D.A. (2010) Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas.
- Laville, C. & Dionne, J. (1999). A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG/ArtMed.
- Lima, A.K.G. M. (2017) “Eu senti que faltava alguma coisa” Uma análise do retorno à atividade para professores universitários. 103 p. Dissertação. (Mestrado em Psicologia da Saúde) Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande – PB. Recuperado em: <file:///C:/Users/Asus/Downloads/PDF%20-%20Anna%20Karenyna%20Guedes%20de%20Morais%20Lima.pdf>

- Lima, E. L. M. (2019) Análise da atividade de trabalho de profissionais de saúde mental da emergência psiquiátrica. 79 p. Dissertação. (Mestrado em Psicologia da Saúde) Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande – PB. Recuperado em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/4115/2/PDF%20-%20Elizama%20Leal%20de%20Melo%20Lima.pdf>
- Macedo, J.P, Fontelene, M.G. (2022) Psicologia e Assistência Social: Crise e Retrocessos pós encerramento do ciclo democrático popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*,42(n.spe), 1 – 14. Doi_ <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262852>
- Motta. R.F., Brandolt. C.R., Pizzinato. A. (2021). Trabalhadoras (es) do SUAS: Quem são as (os) Psicólogas (os) da Proteção Social Básica (PSB). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(2), 1 – 15. Doi <https://doi.org/10.1590/1982-3703003193409>
- Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). Nota técnica 27: O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil. Brasília: Ipea.
- Mandel, E. (1982). O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, Coleção dos Economistas.
- MINAYO MCS (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- Minayo, M. C. S., & Sanches, O. (2012). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública, Organização Mundial de Saúde*. Recuperado em <http://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>
- Minayo, M. C.S. (2017). Amostragem e Saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e controvérsias. Recuperado em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturation.pdf
- Neto. J.P (2006). Transformações societárias e Serviço Social. São Paulo. *Revista Serviço Social & Sociedade*, ano XVII, n. 50, Cortez.
- Oliveira, E. M. A P., Chaves, H. L. A. (2017) 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos

históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Serviço Social e Sociedade*, N 128. 143-163. Recuperado em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/#:~:text=O%20Servi%C3%A7o%20Social%2C%20como%20profiss%C3%A3o,que%20contextualizam%20o%20surgimento%20de>

Oliveira, I. T., Soligo, A., Oliveira, S.F., Angelucci, B. (2017) Formação em Psicologia no Brasil: Aspectos Históricos e Desafios Contemporâneos. *Psicologia: Ensino & Formação*, 8(1), 3-15. Doi : 10.21826/2179-5800201781315

Oliveira, M.P., (2014) Uma análise sobre o cumprimento da emenda constitucional nº 29 microrregião de Catolé do Rocha. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande – PB.

Recuperado em:

<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3934/1/PDF%20-%20Marcelo%20Pereira%20de%20Oliveira.pdf>

Oliveira, H. C., Santos, J. S. P., Cruz, E. F. C. (2007). O mundo do trabalho: concepções e historicidade. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. São Luiz – MA. Recuperado em:
https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppiii/html/trabalhos/eixotematicob/178d5144a74686f5b7ffhilderline%20c%3%82mara_joseneide%20santos_eduardo%20cruz.pdf

Santos, J. W. B. (2020). Flexibilização e precarização do trabalho no desmonte da política de assistência social. *Ser Social: Estado, democracia e saúde*, 22(46), 153-170. Doi https://doi.org/10.26512/ser_social.v22i46.25526

Santos, M. T. F., Máximo, T. A. C. O. (2021) A cooperação no trabalho para profissionais que atuam em hospitais oncológicos. *Psicologia: Organizações & Trabalho*, 21(4), 1698-1706. Doi <http://dx.doi.org/10.5935/rpot/2021.4.22463>

Sampaio, J. J., Guimarães, J. M., Carneiro, C., & Filho, C. G. (2011). O trabalho em serviços de saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica: um desafio técnico, político e ético. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4685-4694. Doi <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001300017>

- Souza, G., Azevedo, E. A., Ventura, C. J. N., Andrade, R.S. A. (2018) O Golpe no fundo público: Uma análise orçamentária da seguridade social a partir da emenda constitucional 95. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 1-18.
Recuperado em:
file:///C:/Users/Asus/Downloads/ekeys,+o+golpe+no+fundo+p%c3%9ablico.pdf
- Souza, D. O. (2020). As dimensões da precarização do trabalho em face a pandemia de covid 19. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19, 1-15. Doi: 10.1590/1981-7746-sol00311
- Silva, J. A. F. Fundo Público e Serviço Social: conexão entre a lógica orçamentária e o exercício das competências e atribuições do Assistente Social no SUAS. 2014. 322 p. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- Silva, M.O.S. (2018) A Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Processo de construção e de desmonte. In: *XVI Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social*. Vitória – ES.
- Sobrinho. N. O. A precarização do Trabalho dos Profissionais da Atenção Básica de Saúde de um Distrito Sanitário de Campina Grande/PB. 2017. 106 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB.
- Vieira, R. M. (2006) A construção do consenso ultra neoliberal, 5(2).
Doi <https://doi.org/10.1590/S1676-56482006000200010>
- Vilela, A. M. J. (2021) Trajetórias da Psicologia no Brasil – conciliações e resistências. *Memória e história em psicologia*, 38. Recuperado em:
file:///C:/Users/Asus/Downloads/rodolfo11b,+36485-Texto+do+artigo+[_pronto].pdf

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Gênero

Masculino Feminino Outros

Raça

Branco Negro Pardo Outras

Formação

Psicologia Serviço Social Pedagogia

Possui Pós Graduação

Sim Não Se sim, especificar _____

Forma de Ingresso no Trabalho

Concurso Público Contrato por excepcional interesse público Comissionado

Outros Especificar _____

Média Salarial

1 a 2 Salários Mínimos

3 a 4 Salários Mínimos

Acima de 5 Salários Mínimos

O Seu trabalho é a principal fonte de renda da família

Sim Não

Possui Filhos

Sim Não Se sim, quantos _____

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

- 1 Considerando a formação, a sua formação teve aspectos ligados a atuação na política de Assistência Social? Quais foram as bases teóricas metodológicas utilizadas?
- 2 Como se configura seu dia a dia no trabalho?
3. Como são as condições de trabalho no cotidiano?
- 4 Quais as suas atribuições no seu trabalho?
- 5 Há divergências entre o que dizem as normativas da política de Assistência e o que você faz no seu trabalho?
- 6 Como se dá a relação de trabalho com os colegas de trabalho? Com os profissionais da rede? E com a coordenação do serviço?
7. Como você vê o trabalho desenvolvido no CRAS?
- 8 Após o ano de 2016, EC 95, o seu trabalho sofreu algum impacto?
- 9 Após 2016, você sabe/tem conhecimento de como vem sendo financiada a política de assistência social no país? Já deixou de receber seus vencimentos ou aconteceu algum atraso em decorrência dos repasses do Governo Federal?
- 10 Quais são as principais estratégias utilizadas para atender as atividades solicitadas?
- 11 Acontece algum imprevisto no decorrer do desenvolvimento das atividades? Como lida com isso?
- 12 Quais são os sofrimentos mais vivenciados no seu trabalho?
- 13 Você avalia seu trabalho como precário? Como seria essa precarização?
- 14 Quais seriam as situações de trabalho que você percebe em seu cotidiano profissional que demonstram que o seu trabalho é precário?
- 15 No caso de o profissional não ser efetivo, perguntar: Como você analisa sua situação de vínculo sempre temporário na instituição? Você acha seu trabalho precário por causa disso?
- 16 Qual a relação que você faz com seu trabalho e sua saúde, você acredita que ele possa trazer algum tipo de adoecimento?
- 17 Já adoeceu por conta do trabalho? Se sim, como foi o processo?
- 18 Se sente realizado (a) no Trabalho?
- 19 Qual momento de seu trabalho que mais lhe proporciona satisfação profissional?
- 20 Se sente reconhecido (a) no trabalho?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

O senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “*será que eu vou dar conta*”? o trabalho real de trabalhadoras da assistência social no sertão da Paraíba, sob a responsabilidade de: Antônio Jeimison da Silva Pereira e do orientador Dra. Thaís Augusta de Oliveira Cunha Máximo, de forma totalmente voluntária.

Antes de decidir sobre sua permissão para a participação na pesquisa, é importante que entenda a finalidade da mesma e como ela se realizará. Portanto, leia atentamente as informações que seguem. Justifica-se a escolha pela temática uma vez que há poucos estudos presentes na literatura principalmente em cidades interioranas. O objetivo principal do estudo é analisar as condições e a organização do trabalho pós encerramento do ciclo democrático popular de profissionais de nível superior da política de assistência social com a precarização do trabalho.

Justifica-se a escolha pela temática pelo momento da atual conjuntura política administrativa das políticas públicas no Brasil bem como ausência de estudos que mostrem essa relação em cidades do interior do nordeste Brasileiro. O Senhor (a) irá se submeter a um questionário e uma entrevista semi estruturada elaborados pelos próprios pesquisadores. Apenas com sua autorização realizaremos a coleta dos dados.

OS POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS decorrentes da participação na pesquisa os pesquisadores ofertarão o Serviço Escola de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba,

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O voluntário poderá recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer fase da realização da pesquisa ora proposta, não havendo qualquer penalização ou prejuízo.

O participante terá assistência e acompanhamento durante o desenvolvimento da pesquisa de acordo com Resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

Os dados individuais serão mantidos sob sigilo absoluto e será garantida a privacidade dos participantes, antes, durante e após a finalização do estudo. Será garantido que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

.Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos e publicações científicas, sem qualquer meio de identificação dos participantes, no sentido de contribuir para ampliar o nível de conhecimento a respeito das condições estudadas. (Res. 466/2012, IV. 3. g. e. h.)

Em caso de dúvidas, você poderá obter maiores informações entrando em contato com o pesquisador responsável Antônio Jeimison da Silva Pereira através dos telefones (83) 981098228 ou através do e-mail: jeimison_bs@hotmail.com, ou do endereço: Travessa Maria Aparecida Carneiro, 116, Ap 101, Bairro Catolé - Campina Grande - PB. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no 2º andar, Prédio Administrativo da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, Telefone (83)3315 3373, e-mail: cep@setor.uepb.edu.br e da CONEP (quando pertinente). CONSENTIMENTO

Após ter sido informado sobre a finalidade da pesquisa “Será que eu vou dar conta”?

O trabalho real de trabalhadoras da assistência social no sertão da Paraíba e ter lido os esclarecimentos prestados no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu

_____ autorizo a participação no estudo, como também dou permissão para que os dados obtidos sejam utilizados para os fins estabelecidos, preservando a nossa identidade. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

() DOU MEU CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAR DA PESQUISA

() AUTORIZO A GRAVAÇÃO DA MINHA VOZ

() **NÃO AUTORIZO A GRAVAÇÃO DA MINHA VOZ**

Campina Grande, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante



ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRPGP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS RELAÇÕES ENTRE SAÚDE, DOENÇA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pesquisador: ANTONIO JEIMISON DA SILVA PEREIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 67846523.1.0000.5187

Instituição Proponente: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.052.329

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa trata-se de um estudo qualitativo de delineamento exploratório e descritivo ancorada pela Psicodinâmica do Trabalho. A amostra é composta por 10 trabalhadores da assistência social de dois Municípios do sertão da Paraíba. Como instrumento irá utilizar-se-á de diário de campo através da observação da organização do trabalho bem como da atividade desses trabalhadores, questionário sociodemográfico e roteiro de entrevista semi estruturada

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL : Analisar as relações de saúde, doença e a precarização do trabalho pós Emenda Constitucional 95 de profissionais de nível superior da Política de Assistência Social. **OBJETIVOS ESPECIFICOS :** Verificar aspectos ligados ao trabalho no âmbito da assistência social; Identificar os tipos de vínculos empregatícios predominantes nas contratações dos profissionais da assistência social; Especificar como se dá a organização do trabalho entre profissionais da Assistência Social; Mostrar as estratégias de defesa que os trabalhadores utilizam em seu processo de trabalho; e Investigar os aspectos de saúde e adoecimentos dos trabalhadores da Assistência Social

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS : Por se tratar de estudo qualitativo e a pesquisa envolver diretamente trabalhadores sendo

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRPGP**



Continuação do Parecer: 6.052.329

muitos com vínculos fragilizados (Contratação por excepcional Interesse Público, Comissionado, Terceirizado) então a entrevista poderá gerar um desconforto psicológico frente ao questionamentos do pesquisador. Os pesquisados podem, também, com a entrevista ficarem receosos de represálias e/ou perseguições na organização do trabalho, BENEFÍCIOS : A pesquisa trará resultados de como se dá as relações entre

saúde, doença e a precarização do trabalho para os trabalhadores da política pública de assistência social do sertão da Paraíba, bem como para comunidade científica que tenha interesse na temática pesquisada

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa se torna relevante pois fará um mapa das políticas públicas com relação ao trabalho da assistência social no sertão da Paraíba, no que diz respeito a precariedade de como se dá a relação entre saúde e doença

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os TERMOS estão em conformidade com as exigências da CONEP

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto acima o PARECER para este projeto de pesquisa é de APROVAÇÃO

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2097873.pdf	05/05/2023 20:33:40		Aceito
Outros	recomendacoes.docx	05/05/2023 20:33:16	ANTONIO JEIMISON DA SILVA PEREIRA	Aceito
Outros	recomendacao.docx	27/03/2023 08:47:33	ANTONIO JEIMISON DA SILVA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostook.pdf	07/03/2023 15:18:02	ANTONIO JEIMISON DA SILVA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	03/03/2023 16:50:49	ANTONIO JEIMISON DA SILVA PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	qualiok.pdf	03/03/2023 16:44:05	ANTONIO JEIMISON DA SILVA PEREIRA	Aceito

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRPGP



Continuação do Parecer: 6.052.329

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 10 de Maio de 2023

Assinado por:

Gabriela Maria Cavalcanti Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário

Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753

UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br

ANEXO B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada As relações entre saúde, doença e a precarização do trabalho dos profissionais da assistência social poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, os pesquisadores Antonio Jeimison da Silva Pereira e Thaís Augusta de Oliveira Cunha Máximo a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte. Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza;
3. Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização, em observância ao Art. 5º, XXVIII, alínea —a da Constituição Federal de 1988;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa Antonio Jeimison da Silva Pereira, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande – PB 08 de fevereiro de 2023

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

**ANEXO C - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PROJETO DE
PESQUISA**

Título da Pesquisa: *“Será que eu vou dar conta: ? O trabalho real de trabalhadoras da assistência social no sertão da Paraíba*

Eu, Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo, professora colaboradora (orientadora) do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde, da Universidade Estadual da Paraíba portadora do RG nº xxxx declaro que estou ciente do referido projeto de pesquisa e comprometo-me em acompanhar seu desenvolvimento no sentido de que possam cumprir integralmente as diretrizes das resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande 08/02/2023

Orientador

Pesquisador Responsável

ANEXO D - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PROJETO DE PESQUISA

Pesquisa: A relação entre o fim do ciclo democrático popular e a precarização do trabalho dos profissionais da assistência social: um recorte para a saúde do trabalhador.

Eu, Antonio Jeimison da Silva Pereira, do Curso Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, da Universidade Estadual da Paraíba, portador(a) do RG: xxx e CPF:xxxx comprometo-me em cumprir integralmente as diretrizes da Resolução N°. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos. Estou ciente das penalidades que poderei sofrer caso infrinja qualquer um dos itens da referida resolução. Por ser verdade, assino o presente compromisso.

Campina Grande, 03/03/2023

Pesquisador Responsável

Orientador (a)
